



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 063

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 063**

### **57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luiz Malucelli ..... 11

Dep. Tadeu Veneri ..... 12

Dep. Antonio Belinati ..... 16

#### **Grande Expediente:**

Dep. Rosane Ferreira ..... 17

Sr. José Antonio Chardong ..... 18

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 12

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 16

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 23

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 24

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 25

Discussão/Votação

Redação Final ..... 25

3ª Discussão ..... 26

2ª Discussão ..... 26

1ª Discussão ..... 26

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 31**

#### **Publicações Administrativas:**

Pregões Eletrônicos ..... 31

### **DIÁRIO Nº 063**

### **57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**05 DE JUNHO DE 2008**

*(quinta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Beti Pavin, Durval Amaral, Edson Strapasson, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior e Tadeu Veneri (22).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró, Reni Pereira,

Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (31).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 137/08

SÚMULA:

Criação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho e de Combate à Pirataria no Departamento de Polícia Civil e uma seção da mesma natureza no Departamento de Polícia Rodoviária Estadual.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, a criação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho e de Combate à Pirataria no Departamento de Polícia Civil e uma seção da mesma natureza no Departamento de Polícia Rodoviária Estadual.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica, pois a cultura da pirataria vem se alastrando pela sociedade como um todo. O problema é grave e afeta todos os segmentos da produção, principalmente os ligados à propriedade intelectual. Peças de carros, motos, brinquedos, eletroeletrônicos, roupas, produtos de beleza, sapatos, produtos saneantes, preservativos e medicamentos estão sendo pirateados.

Esses últimos refletem a gravidade do problema e a necessidade de medidas severas de combate já que se lesa o consumidor e a saúde da população. A pirataria está associada diretamente a outros crimes, como contrabando, formação de quadrilha, evasão de divisas, tráfico de drogas, tráfico de armas, trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

Combater a pirataria vai além do mero interesse das indústrias. É questão de interesse público, pois visa a combater a sonegação fiscal, garantir a geração de empregos formais e principalmente defender o consumidor, já que o pirata não oferece qualidade nem garantia. O barato acaba saindo mais caro. Está cometendo crime aquele que fabrica, vende, compra, importa ou exporta produto pirata.

INDICAÇÃO Nº 138/08

SÚMULA:

Criação de Varas especializadas ou preferenciais em Propriedade Intelectual.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a criação de Varas especializadas ou preferenciais em Propriedade Intelectual.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica uma vez que é com nitidez que percebemos a afronta aos Direitos Autorais no Brasil, por mais antiga que seja a sua proteção e por mais completo que seja o seu arcabouço legal, vêm sendo por muitos banalizados, premiando-se aqueles que sempre estiverem no limite da legalidade, pois ao se decidir que um contrafator, mesmo que usuário, seja somente condenado ao pagamento por eventual produto usado ou criminalmente compelido a prestar breves esclarecimentos, estaremos sepultando o caráter punitivo e colocando no mesmo patamar aqueles que possuem consciência e os que não.

Em 2005, o então Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal defendeu em encontro internacional de Propriedade Intelectual a criação de varas especializadas no combate à pirataria, além de citar avanços como a criação de Delegacias Especializadas, reformulação do sistema aduaneiro e a apresentação de projeto de lei que aumenta as penas para os crimes contra a propriedade industrial.

Em tempo, observamos pressões de outros estados soberanos, ameaças de tratamento diferenciado em questões aduaneiras, listas negras, tudo por causa deste tumor que assola nosso Brasil que é a pirataria.

Portanto, sentimos a necessidade de esforços para se evitar a banalização de um dos Direitos mais nobres dos cidadãos, que é o Direito de Criação, o Direito de uma livre e sadia concorrência, alvo principal dos efeitos nefastos da pirataria.

É imperioso uma mudança cultural da população e principalmente uma demonstração do Judiciário de que o crime não compensa, impondo uma clara assertiva contra o sentimento de impunidade hoje existente e a total desconsideração da proteção à criação e propriedade intelectual.

## INDICAÇÃO Nº 139/08

## SÚMULA:

Inclusão, na próxima revisão do PPA, do Programa de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos órgãos públicos afetos ao tema.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, a inclusão, na próxima revisão do PPA, do Programa de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos órgãos públicos afetos ao tema.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

## JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica, pois a cultura da pirataria vem se alastrando pela sociedade como um todo. O problema é grave e afeta todos os segmentos da produção, principalmente os ligados à propriedade intelectual. Peças de carros, motos, brinquedos, eletroeletrônicos, roupas, produtos de beleza, sapatos, produtos saneantes, preservativos e medicamentos estão sendo pirateados.

Esses últimos refletem a gravidade do problema e a necessidade de medidas severas de combate já que se lesa o consumidor e a saúde da população. A pirataria está associada diretamente a outros crimes, como contrabando, formação de quadrilha, evasão de divisas, tráfico de drogas, tráfico de armas, trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

Combater a pirataria vai além do mero interesse das indústrias. É questão de interesse público, pois visa a combater a sonegação fiscal, garantir a geração de empregos formais e principalmente defender o consumidor, já que o pirata não oferece qualidade nem garantia. O barato acaba saindo mais caro. Está cometendo crime aquele que fabrica, vende, compra, importa ou exporta produto pirata.

## INDICAÇÃO Nº 140/08

## SÚMULA:

Propõe a criação de Promotorias de Justiça especializadas em Propriedade Intelectual.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná a criação de Promotorias de Justiça especializadas em Propriedade Intelectual.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

## JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica uma vez que é com nitidez que percebemos a afronta aos Direitos Autorais no Brasil, por mais antiga que seja a sua proteção e por mais completo que seja o seu arcabouço legal, vêm sendo por muitos banalizados, premiando-se aqueles que sempre estiverem no limite da legalidade, pois ao se decidir que um contrafator, mesmo que usuário, seja somente condenado ao pagamento por eventual produto usado ou criminalmente compelido a prestar breves esclarecimentos, estaremos sepultando o caráter punitivo e colocando no mesmo patamar aqueles que possuem consciência e os que não.

Em 2005, o então Presidente do STF, Ministro Edson Vidigal defendeu em encontro internacional de Propriedade Intelectual a criação de varas especializadas no combate à pirataria, além de citar avanços como a criação de Delegacias Especializadas, reformulação do sistema aduaneiro e a apresentação de projeto de lei que aumenta as penas para os crimes contra a propriedade industrial.

Em tempo, observando pressões de outros estados soberanos, ameaças de tratamento diferenciado em questões aduaneiras, listas negras, tudo por causa deste tumor que assola nosso Brasil que é a pirataria.

Portanto, sentimos a necessidade de esforços para se evitar a banalização de um dos Direitos mais nobres dos cidadãos, que é o Direito de Criação, o Direito de uma livre e sadia concorrência, alvo principal dos efeitos nefastos da pirataria.

É imperioso uma mudança cultural da população e principalmente uma demonstração do Judiciário de que o crime não compensa, impondo uma clara assertiva contra o sentimento de impunidade hoje existente e a total desconsideração da proteção à criação e propriedade intelectual.

## INDICAÇÃO Nº 141/08

## SÚMULA:

Instalação de Delegacias Especializadas no combate à Pirataria e Violações dos Direitos de Propriedade Industrial.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, a instalação de Delegacias Especializadas no Combate à Pirataria e Violações dos Direitos de Propriedade Intelectual.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

## JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica, pois a cultura da pirataria vem se alastrando pela sociedade como um todo. O problema é grave e afeta todos os segmentos da produção, principalmente os ligados à propriedade intelectual.

Peças de carros, motos, brinquedos, eletroeletrônicos, roupas, produtos de beleza, sapatos, produtos saneantes, preservativos e medicamentos estão sendo pirateados.

Esses últimos refletem a gravidade do problema e a necessidade de medidas severas de combate já que se lesa o consumidor e a saúde da população. A pirataria está associada diretamente a outros crimes, como contrabando, formação de quadrilha, evasão de divisas, tráfico de drogas, tráfico de armas, trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

Combater a pirataria vai além do mero interesse das indústrias. É questão de interesse público, pois visa a combater a sonegação fiscal, garantir a geração de empregos formais e principalmente defender o consumidor, já que o pirata não oferece qualidade nem garantia. O barato acaba saindo mais caro. Está cometendo crime aquele que fabrica, vende, compra, importa ou exporta produto pirata.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

REQUER à Mesa, na forma regimental, a criação de Comissão especial sobre a pirataria, para discutir e debater o problema da pirataria e da utilização de obras escritas, musicais ou audiovisuais protegidas por direitos autorais, de propriedade intelectual, marca ou patente, sem a devida autorização ou mediante a falsificação no estado do Paraná, constituída por 11 membros e prazo de duração de 180 dias.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

Pirataria é a utilização de obras escritas, musicais ou audiovisuais protegidas por direitos autorais, de propriedade intelectual, marca ou patente, sem a devida autorização ou mediante a falsificação. Ela se manifesta em diferentes formas e produtos, desde a falsificação de medicamentos, CDs e DVDs, softwares, roupas, próteses médicas, até o download de arquivos pela internet e exibição pública não autorizada. Independente dos meios, a pirataria é qualificada como crime e é punida como tal.

Além de ser responsável pela redução de cerca de dois milhões de postos de emprego formal no Brasil, a pirataria de produtos e outras modalidades, como a biopirataria, já rende mais que o tráfico de drogas e de armas. É provavelmente, a atividade ilícita mais rentável do mundo.

O fruto da venda de produtos falsificados, ditos piratas, tem trazido uma série de prejuízos à sociedade paranaense, seja pela não abertura de postos de trabalho oficiais, já que não se aumenta as vendas de produtos legalizados, seja pela capitalização do crime organizado, seja pela não arrecadação de tributos estaduais e federais. O mesmo ocorre com outros produtos, eletro-eletrônicos, bebidas alcoólicas e roupas. Não geram

empregos e não geram impostos desde sua produção (empregos industriais) até sua comercialização final (empregos no comércio), passando pelos atacadistas e distribuidores. Toda a cadeia produtiva acaba sofrendo o impacto da pirataria.

A pirataria também é utilizada para a lavagem de dinheiro. Dessa forma, a compra de itens piratas ajuda a recolocar na economia formal, por diversos mecanismos operacionais, comerciais e financeiros, o dinheiro que vem do crime.

Recentes operações de combate à falsificação de produtos, realizadas pelas Polícias Federal e Civil, revelam que as quadrilhas estão se especializando cada vez mais. Além dos tradicionais CDs e DVDs, cigarros, bolsas e calçados, foram apreendidos produtos como bisturis cirúrgicos, cateteres cardíacos e até medicamentos para tratamento de câncer.

A situação do cigarro é ainda pior. Os altos impostos cobrados no cigarro têm várias funções, dentre elas o desestímulo ao seu consumo, até o custeio das despesas no tratamento médico dos dependentes químicos do cigarro. Assim, quando se consome o produto pirata e contrabandeado, o estado deixa de recolher esses valores. Além da questão dos impostos temos, também, toda a cadeia produtiva afetada. Desde o produtor rural até o mercado de varejo.

A perda de arrecadação com os cigarros ilegais esteve na casa de R\$ 70 milhões, entre o repasse do IPI e do ICMS, só no ano de 2007. O Brasil tem um mercado de 91 bilhões de cigarros anuais, e o mercado ilegal movimenta outros R\$ 40 bilhões de cigarros, quase 50% de toda a produção nacional; só no Paraná 33% do mercado do cigarro é ilegal.

Estudos sobre a composição dos cigarros contrabandeados e piratas demonstraram grave perigo à saúde dos brasileiros e paranaenses. Por exemplo, 43% das marcas analisadas possuem agrotóxicos proibidos no Brasil, 47% apresenta impurezas como insetos, barbantes, capim, etc. E o pior índice é que das 30 marcas analisadas apenas duas continham índice de alcatrão e nicotina dentro do limite máximo permitido pelo Ministério da Saúde; todas as demais extrapolaram estes valores.

Essa conta de impurezas, concentrações de elementos viciantes e cancerígenos em quantidades muito maiores que os permitidos, elevam as contas da saúde pública, que é pega pelos impostos brasileiros, que por sua vez não são arrecadados nesses casos.

A UNAFISCO (Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal) acredita que anualmente o Brasil pode perder R\$ 30 bilhões com todos os produtos contrabandeados. Só de impostos chega-se ao valor de R\$ 15 bilhões de perdas em arrecadação.

Diante do exposto fica explícita a necessidade de a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promover todas as ações possíveis no sentido de combater estas práticas que não só lesam os cofres públicos, como também prejudicam o consumidor.

## REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivan Rosa Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dirce Chibinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Jaworski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eupídio Giroto Penasso, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. William Adolfo Poli, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Cardoso, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Galvão da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eva Belquíz Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Floremilho da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Otilia de Oliveira Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Andrade dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorival Rodrigues de Barros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Justino Cardoso, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Julia Zaveruka, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Kauane Vitória de Almeida Bechior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Correia da Cunha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Evangelina Massente Carmo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ercília Pinheiro Baumayer, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Pereira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vivaldo Sasse, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Vanderlei Padilha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## *Projetos de Lei*

## PROJETO DE LEI Nº 253/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PETE), destinado a promover a criação de postos de trabalho para trabalhadores idosos e com experiência profissional.

Art. 2º O PETE é dirigido ao trabalhador com mais de quarenta anos de idade, em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses, que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - tenha experiência profissional;

II - esteja cadastrado em unidade executora do Programa, nos termos da lei;

III - não aufera renda própria de qualquer natureza, e não esteja em gozo de qualquer benefício previdenciário ou assistencial, inclusive em decorrência de percepção de subvenção econômica de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no artigo 10.

§ 1º Serão atendidos, prioritariamente, pelo PETE, os trabalhadores cadastrados no Sistema Nacional de Empregos (SINE), que enquadrados nos dispostos desta lei aderirem ao Programa.

§ 2º O encaminhamento do trabalhador cadastrado no PETE à empresa contratante, atendidas as habilidades específicas por ela requisitadas e a prioridade de que trata o parágrafo 1º, deve observar a ordem cronológica das inscrições.

§ 3º O PETE deve divulgar, bimestralmente, pela internet ou em locais públicos, a relação dos trabalhadores inscritos no Programa, bem como a relação daqueles encaminhados e colocados nas empresas.

§ 4º O PETE não abrange o trabalho doméstico, nem o contrato de trabalho por prazo determinado, inclusive o contrato de experiência previsto na alínea c do parágrafo 2º do artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43.

Art. 3º O PETE deve buscar a integração com órgãos municipais com objetivos semelhantes, e contará com uma coordenação, à qual cabe propor diretrizes e critérios para a sua implementação, bem como acompanhar sua execução.

Parágrafo Único. A coordenação do PETE deve, na medida do possível, ser a mesma responsável, no estado do Paraná, pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), de que dispõe a Lei nº 10748, de 22/10/03.

Art. 4º A inscrição do empregador e o cadastramento do trabalhador no PETE devem ser efetuados em unidade de atendimento do SINE ou em órgão e entidades conveniadas.

Parágrafo Único. Mediante termos de adesão ao PETE, pode inscrever-se como empregador qualquer pessoa jurídica ou física a ela equiparada, que firme compromisso de gerar novos empregos na forma dos artigos 5º ao 8º desta lei.

Art. 5º Para implantação do Programa, o Poder Executivo pode instituir incentivo fiscal ou outra forma de compensação para os empregadores que atenderem, ao disposto nesta lei.

Art. 6º O empregador inscrito no PETE deve manter, enquanto perdurar vínculo empregatício com trabalhadores inscritos no programa, número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no estabelecimento no mês anterior ao da assinatura do termo de adesão, excluídos desse cálculo os participantes do PETE, do PNPE e de programas congêneres.

§ 1º O empregador participante do PETE pode contratar, nos termos desta lei:

I - um trabalhador, no caso de contar com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;

II - dois trabalhadores, no caso de contar com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e,

III - até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

§ 2º O quadro de pessoal de que trata o parágrafo anterior não inclui os trabalhadores contratados pelo PETE, pelo PNPE e por programas congêneres.

§ 3º No cálculo do número máximo de contratações de que trata o inciso III do parágrafo 1º, do artigo 6º, deve ser computada como unidade a fração igual ou superior a cinco décimos e desprezada a fração inferior a esse valor.

Art. 7º Se houver rescisão do contrato de trabalho de trabalhador inscrito no PETE antes de um ano de sua vigência, o empregador pode manter o posto criado, substituindo, em até trinta dias, o empregado dispensado por outro que preencha os requisitos do artigo 2º, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto.

§ 1º O empregador que descumprir as disposições desta lei fica impedido de participar do PETE pelo prazo de vinte e quatro meses, a partir da data da comunicação da irregularidade, devendo restituir ao estado os valores descontados, corrigidos na forma da lei.

§ 2º Caso o trabalhador empregado no âmbito do PETE venha a, no curso da vigência do contrato de trabalho, deixar de satisfazer aos requisitos previstos no artigo 2º, fica a empresa dispensada da restituição dos valores descontados a título de incentivo fiscal se mantiver o contrato de trabalho pelo prazo remanescente ou substituir o trabalhador por outro que atenda aos requisitos desta lei.

Art. 8º É vedada a contratação, no âmbito do PETE, de trabalhador que seja parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, de empregador, sócio da empresa ou dirigente da entidade contratante.

Art. 9º Para execução do PETE, podem ser firmados convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica com os municípios, com organizações sem fins lucrativos e com organismos internacionais.

Art. 10. Nos municípios onde existirem programas similares e congêneres ao previsto nesta lei, a coordenação deve promover a articulação e a integração das ações dos respectivos programas.

Art. 11. A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social deve enviar às respectivas comissões à Assembléia Legislativa, no mês de março de cada ano, relatório relativo ao exercício anterior, detalhando o conjunto de empregos criados no âmbito do PETE, por ramo de atividade, por tipo de empresa, discriminando ainda os trabalhadores atendidos por sexo, idade e outros dados considerados relevantes.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É incontestável que os jovens representam a maior parcela dos desempregados brasileiros (cerca de 44% do total). Tanto, que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) foi instituído para tentar amenizar esse quadro. Contudo, a taxa de desemprego entre os trabalhadores mais idosos tem sido



a que mais cresce. Entre 1997 e 2007, por exemplo, as taxas de desemprego relativas aos grupos de trabalhadores nas faixas etárias 15-17 anos e 18-24 anos de idade aumentaram 34% e 39%, respectivamente. No mesmo período, as taxas relativas às faixas etárias 40-49 anos e 50-59 anos cresceram 75% e 68%, respectivamente. No conjunto, cerca de 20% dos desempregados têm entre 40 a 59 anos de idade. Além disso, é tanto no grupo dos trabalhadores mais velhos que mais cresce o período médio de desemprego. Em geral, este período vem aumentando sistematicamente. Como resultado, cerca de 50% desses trabalhadores fica, atualmente, mais de seis meses desempregado.

Faz-se necessário, pois, atuar de forma a reverter essa tendência de crescimento do desemprego entre os trabalhadores mais velhos e experientes, especialmente entre aqueles de baixa renda, que tendem a enfrentar maiores dificuldades quando perdem o rendimento do trabalho. A idéia é implantar um programa de estímulo à contratação desses trabalhadores, denominado Programa Estadual de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PETE), nos mesmos moldes do PNPE (Lei nº 10748, de 22/10/03). Assim, seriam contemplados os trabalhadores com mais de 40 anos de idade, em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses, com experiência profissional e pertencentes a famílias de baixa renda, que não auferissem qualquer tipo de renda e estivessem cadastrados em unidades executoras do Programa.

Os empregadores que contratarem tais trabalhadores, desde que atendidas várias condições estipuladas no projeto de lei, fariam jus a incentivos fiscais. Ao estabelecer condicionantes para que o trabalhador não seja demitido antes de um ano da vigência do contrato de trabalho subvencionado, busca-se garantir-lhe emprego por, pelos menos, esse período. Tal iniciativa, aliada à exigência de que as contratações subvencionadas signifiquem acréscimo no número de empregados da empresa, visa a expansão do emprego a inibição da rotatividade da mão-de-obra não incentivada, mediante substituição por aquela objeto de contrato de trabalho subvencionado.

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas, razão pela qual solicito o apoio para esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 254/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual de Combate à Pirataria - CECF, órgão colegiado consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a finalidade de elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de plano estadual para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual.

Parágrafo Único. Entende-se por pirataria, para os fins desta lei, a violação aos direitos autorais de que tratam as Leis Federais nºs 9609 e 9610, ambas de 19/02/98.

#### Art. 2º Compete ao Conselho:

I - estudar e propor medidas e ações destinadas ao enfrentamento da pirataria e combate a delitos contra a propriedade intelectual no estado;

II - criar e manter banco de dados a partir das informações coletadas em âmbito estadual, integrado ao Sistema Único de Segurança Pública;

III - efetuar levantamentos estatísticos com o objetivo de estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e repressão da pirataria e de delitos contra a propriedade intelectual;

IV - apoiar as medidas necessárias ao combate à pirataria junto aos municípios do estado;

V - incentivar e auxiliar o planejamento de operações especiais e investigativas de prevenção e repressão à pirataria e a delitos contra a propriedade intelectual;

VI - estimular, auxiliar e fomentar o treinamento de agentes públicos envolvidos em operações e processamento de informações relativas à pirataria e a delitos contra a propriedade intelectual;

VII - fomentar ou coordenar campanhas educativas sobre o combate à pirataria e delitos contra a propriedade intelectual;

VIII - acompanhar, por meio de relatórios enviados pelos órgãos competentes, a execução das atividades de prevenção e repressão à violação de obras protegidas pelo direito autoral; e

IX - estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover ações efetivas de combate à pirataria e delitos contra a propriedade intelectual.

#### Art. 3º O Conselho será integrado:

I - por um representante de cada órgão a seguir indicado:

a) Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;

b) Secretaria de Estado da Fazenda;

d) Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL;

e) Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos;

f) Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral;

g) Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

h) Secretaria de Estado da Cultura;

i) Secretaria de Estado da Segurança Pública; e

j) Departamento de Polícia Civil;

k) Polícia Militar do Paraná; e

l) Coordenação da Receita do Estado.

II - por nove representantes da sociedade civil, após indicação de entidades, organizações ou associações civis reconhecidas;

III - por um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º Os membros do Conselho, titulares e suplentes, à exceção daqueles de que trata o inciso II do *caput*, serão indicados pelos respectivos órgãos.

§ 2º Os membros titulares e suplentes serão designados em ato do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 4º O Conselho poderá convocar entidades ou pessoas do setor público e privado, que atuem profissionalmente em atividades relacionadas à defesa dos direitos autorais, sempre que entenda necessária a sua colaboração para o pleno alcance dos seus objetivos.

Art. 5º O Conselho contará com um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos Conselheiros.

Art. 6º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 7º O Conselho elaborará seu Regimento Interno, no prazo máximo de noventa dias, a partir da data de sua instalação, submetendo-o à aprovação dos Conselheiros.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o combate à pirataria é uma realidade como política pública no Brasil, em diferentes frentes de atuação: legislativa, institucional, repressiva, educacional e internacional. Merecem destaque por sua importância neste processo de enfrentamento aos crimes contra a Propriedade Intelectual, os trabalhos da CPI da Pirataria na Câmara dos Deputados e a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP.

Mas ainda não é suficiente. É preciso a integração dos Governos Estaduais e Municipais. Afinal, as medidas repressivas tomadas por órgãos federais podem se tornar inócuas caso continuem proliferando as “feiras dos importados”, com o apoio dos estados e municípios. É necessária a conjugação de esforços pelo Poder Público e pelas entidades civis organizadas, em uma verdadeira guerra contra as organizações criminosas que financiam as atividades da pirataria, e que geram enormes perdas à economia paranaense.

Há compreensão de que grandes grupos de máfias internacionais financiam os crimes da pirataria e da falsificação, sendo o Brasil, também, vítima da internacionalização destes crimes. O problema é bem mais grave do que aparenta ser. É o Paraná é porta de entrada, rota e destino de muitas falsificações contrabandeadas. É só

analisar os números das apreensões: cerca de 1/3 de todas as apreensões realizadas no Brasil ocorrem em território paranaense.

É necessária uma atitude firme do Governo paranaense para enfrentar com todo rigor os crimes contra a Propriedade Intelectual, trazendo maiores resultados de apreensões através de esforços permanentes e contínuos.

Desafio de igual importância será o convencimento dos consumidores acerca das mazelas econômicas e sociais trazidas pela pirataria. A falsificação de medicamentos, preservativos, bisturis, peças de automóveis, brinquedos, perfumes, óculos, tênis e outros tantos, afetam a saúde pública - a vida das pessoas -, possuindo um aspecto ético e moral perverso, e que deveria causar repulsa na sociedade. Aqueles que adquirem produtos piratas acabam, sem saber, financiando as atividades do crime organizado.

Portanto, é de suma importância a constituição de um Conselho Estadual de Combate à Pirataria - CECp, com a participação do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil, possibilitando a integração e conjugação de forças para a troca de informações, solidificando apoios e propondo soluções no enfrentamento da pirataria no estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 255/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, do estabelecimento comercial que comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos falsificados ou contrabandeados.

Art. 2º A não conformidade tratada no artigo anterior será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e comprovada por laudo pericial, elaborado por órgão e/ou entidades capacitadas, credenciadas ou conveniadas com o Governo do Estado do Paraná.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestação de serviços.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo Único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º As disposições desta lei aplicar-se-ão, indistintamente, ao comércio, indústria, importador, exportador e armazéns de estocagem.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

O cancelamento e/ou suspensão da eficácia do registro do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de empresas pela comercialização de produtos piratas é uma medida polêmica e dura, mas que colocaria o Paraná na vanguarda da luta contra a pirataria.

O Paraná não pode ficar alheio na luta contra a pirataria. É inegável que muitos avanços verificaram-se nesse processo. No entanto, é preciso fazer prevalecer o marco legal regulador dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e intelectual.

Para melhor compreender a natureza do inimigo a ser combatido, é importante saber que nosso estado não se caracteriza como produtor de produtos falsificados. Infelizmente, contudo, é uma grande porta de entrada, rota e consumidor de produtos falsificados. Estima-se que cerca de 80% dos produtos pirateados que circulam no mercado brasileiro venham da China, Coréia e Paraguai. Fica clara, portanto, a ação prioritária para mitigar o problema: fiscalização, repressão e também impedir a comercialização dessas mercadorias.

Claro que tal tarefa não é fácil, por isso o combate à pirataria deve ser eficaz, articulado e capaz, portanto, de fazer frente a toda a organização que permeia esse tipo de crime. Não basta prender os ambulantes e camelôs não legalizados que vendem imensa gama de itens (eletrônicos, brinquedos, óculos, relógios, DVD, etc.), pois essa mão-de-obra é abundante e sua substituição dá-se de modo muito rápido. É preciso mitigar os comerciantes legalizados de repassar os produtos ilegais.

Precisamos deixar cada vez mais claro que não compensa participar da estrutura de produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos piratas e penalizar com a cassação da eficácia do registro do ICMS

é um claro sinal que o assunto é sério e que medidas drásticas serão tomadas para livrar o povo paranaense dessa praga.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Malucelli.

### *Deputado Luiz Malucelli (PSDB)*

O SR. LUIZ MALUCELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa.

Ocupo este espaço para comemorar o Dia do Meio Ambiente. Comemorar e ao mesmo tempo conclamar a sociedade paranaense para uma profunda reflexão quanto ao assunto do meio ambiente em que vivemos hoje, seja na escala mundial, seja numa escala nacional, seja numa escala regional que é o estado do Paraná. Tive a oportunidade e a felicidade de, em agosto do ano passado, propor a esta Casa um projeto de lei que agora é lei, para que dentro do estado do Paraná, na Assembléia Legislativa, no Governo do Estado, nas autarquias, no Judiciário, enfim, que passássemos a usar somente papéis reciclados. Esta Casa aprovou por unanimidade e tive o prazer de ver nossa lei sancionada pelo nosso Governador, Roberto Requião. Venho aqui pedir ao Secretário Rasca, ao Governador Requião, para que possamos regulamentar esta lei, definitivamente, porque a economia que se faz de florestas, a economia que vamos deixar para nossos filhos é gigantesca! A hora que pudermos, definitivamente, em todas as escalas de nosso estado, usar o papel reciclado, como faz a Renault, a Audi, a Itaipu, como fazem os Bancos, é só ver os extratos, as correspondências que recebemos em casa, hoje praticamente tudo vem do papel reciclado. Este papel que pode ser usado cinco, seis vezes, retorna numa economia brutal das florestas do Paraná e do nosso país.

Por isso peço, neste momento, a reflexão de todos, peço o empenho do Secretário Rasca, que aliás já me atendeu por duas vezes, com muita fineza, com muito profissionalismo, e tenho certeza que em poucos dias haveremos de estar com a lei regulamentada.

Peço também ao Governo do Estado um avanço em dois projetos que estão tramitando: o zoneamento ecológico econômico, o ZEE, e o Paraná Biodiversidade, que ainda estão longe de funcionamento, mas serão sim, um grande avanço para o nosso estado quando estiverem em funcionamento e precisamos que caminhem rapidamente estes dois projetos tão importantes. São 4 milhões de quilos de agrotóxicos por ano, hoje, nas lavouras paranaenses, mas graças a Deus a Secretaria do Meio Ambiente também opera com rapidez no recolhimento de embalagens de agrotóxicos, no campo, combate o uso de sacolas plásticas e agora um projeto de 80 milhões de mudas às margens dos rios, lagos e mananciais.

Então, fica aqui um alerta e uma reflexão para que as Lideranças do nosso estado, junto com as ONGs eficientes que existem por aqui, que se faça uma união em torno do meio ambiente para que possamos cuidar, cada vez mais, dos nossos rios, das nossas matas ciliares, da Mata Atlântica, enfim, para que este Paraná se preserve verde para as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a Tribuna no dia de hoje, apesar de ser uma quinta-feira e sabemos que nas quintas-feiras temos um quórum que não é exatamente aquele que gostaríamos, mas acho que é bom para fazermos uma reflexão. Temos já há um ano discutido, aliás já está pronto um arcabouço, um anteprojeto do novo Regimento Interno. O nosso novo Regimento Interno que o Sr. Presidente solicitou que nós, numa Comissão, fizéssemos, prevê, entre outras coisas, apesar de já estar no nosso Regimento atual, que em caso de Sessões normais, Sessões Ordinárias, tenhamos o desconto da verba que o Deputado recebe nos dias que, por alguma razão não justificada, ele não possa estar presente. Acho que é uma questão que devemos discutir com bastante atenção, porque as Sessões de quinta-feira, me parece, já foi adiantado aqui, serão feitas nas quartas-feiras. Até entendo que é correto, porque vivemos num período de excepcionalidade que é o período das eleições. O que não é possível é que também às quartas-feiras comecemos a ter situações como já vivemos aqui na legislatura anterior, em que a partir de determinado período os mesmos Deputados que, por alguma razão - e eu não tenho o direito de entrar no mérito das ausências e nem quero - mas pelas mesmas razões alegadas de não poderem vir na quinta, começam a não poder vir na quarta, na terça.

Então, me parece que é o momento apropriado para, inclusive, discutirmos o nosso Regimento Interno, aquilo que ele tem de bônus e aquilo que ele tem de ônus, porque caso contrário continuamos com as mãos amarradas, fazemos as nossas Sessões, deliberamos, até porque não foi feita verificação de votação e nem de quórum, até porque não há interesse de ninguém fazer isso, não há interesse nenhum em derrubar as Sessões. Mas criamos uma situação constrangedora para os Deputados, temos alguns que não são de Curitiba nem da região metropolitana, deixam de fazer tarefas que também são importantes nas suas regiões e os Deputados que são de Curitiba e da região metropolitana, que poderiam estar aqui e que são cerca de 30%, acabam não vindo.

Por esta razão eu faria dois apelos, um para que pudéssemos discutir a possibilidade de votar este Regimento aqui, com as suas correções que são necessárias. Acho que o Deputado José Maria fez um belíssimo trabalho junto a esta Comissão, coletou todas as informações possíveis, fez um regimento que inclusive coloca nosso painel, a televisão, a informatização dentro do Regimento em condições de ser analisado e acho que aí daríamos um passo à frente e ficaríamos já livres dessa pendência. Livres no sentido de não ter mais o compromisso com esta pendência que já vem há algum tempo e eu sei que V. Exa. fez um esforço para que tivéssemos este Regimento pronto, para que tivéssemos resolvido isso.

Outra situação, Sr. Presidente vou fazer formalmente, porque acho que esse é o caminho, na segunda-feira, uma solicitação à Mesa Diretora, não especificamente ao Presidente, mas à Mesa, para que possamos fazer um debate a respeito daquela famigerada - eu falava com o Deputado Enio, Deputado Jocelito Canto - a famigerada PEC da transparência, que tomou esse nome, que veio para a Assembléia Legislativa.

Tenho sido cobrado algumas vezes do porquê de não fazermos esse debate. Mais do que isso, há dias atrás, numa situação que me parece até um pouco constrangedora, uma determinada pessoa que é ligada ao Governo do Estado alegou o seguinte: "Olha, o Governador já fez a sua parte. Vocês é que não querem dar a transparência aos atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, porque vocês não colocam em votação, vocês não discutem".

Acho que não é assim, a Assembléia tem seu tempo, o Judiciário tem seu tempo e o Executivo tem seu tempo, que não necessariamente são os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode usar o horário do PT?

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

O SR. TADEU VENERI

Uso o horário do PT.

Acho que não para dar uma resposta à opinião pública, mas também para dar uma resposta para a opinião pública. Quando digo também, Sr. Presidente, é que nós, como agentes públicos, sabemos que estamos sujeitos todos os dias e não há - os senhores sabem que eu sou uma pessoa que tenho sido muitas vezes crítico, não só do Poder Legislativo, mas fui Vereador também, da mesma forma fazia na Câmara dos Vereadores - mas acho que não há um Poder que seja tão fiscalizado quanto o Legislativo. Até pela sua origem, pela sua formação, o Poder Legislativo é o Poder Mais fiscalizado de todos. O Deputado, o Vereador, o Senador, são aqueles que têm o maior contato com a população. Não apenas com os seus eleitores, mas com a população. Por isso mesmo somos os mais cobrados.

Acho que é preciso que possamos, assim como já demos passos importantes como quando instalamos aqui a TV Assembléia, quando colocamos o painel, que foi uma das propostas feitas pela atual presidência, especificamente pelo Presidente Nelson Justus, lembro que fui um dos primeiros Deputados a conversar com V. Exa. e falei que votaria, independente de qualquer situação, votaria em V. Exa. justamente por esse comprometimento que havia naquele caderno com capa verde.

Esse processo tem sido exemplo, muitas vezes, para outras Câmaras de Vereadores, tem sido exemplo para outras Assembléias Legislativas. Temos muito que avançar? Temos muito que avançar. Agora avançamos passo a passo. Acredito que um passo importante que podemos dar - não estou entrando no período que deveríamos votar ou deixar de votar - mas ter uma resposta a esta situação, que em alguns casos incomoda. Nos incomoda porque parece, às vezes - mas nem tudo que parece, é - que as coisas não andam, porque não queremos que andem. Que não temos a transparência no Judiciário, porque não queremos ter a transparência no Judiciário. Que não temos transparência no Tribunal de Contas ou no Ministério Público, porque nós, aqui da Assembléia Legislativa, não votamos. Mas sabemos que uma PEC, mesmo que votada e aprovada, ela tem o seu rito. Ela, mesmo que votada e aprovada, poderá ter questionamento? Poderá, mas terá um debate com a sociedade. Acho que é essa contribuição que podemos dar.

Na segunda-feira, quero formalizar e convido os Deputados que quiserem formalizar o pedido, para que a Mesa possa dar o encaminhamento, porque senão ficamos reféns de uma situação - que aí é o contrário do que falei: que nem tudo que parece, é: Mas Pirandelo dizia, numa das suas peças de teatro, que as coisas são, se assim lhe parecem. Hoje me parece que as coisas estão para a população de uma forma distorcida. Se não temos transparência em alguns dos Poderes é porque a Assembléia Legislativa não tem feito o dever de casa. O que não é, em absoluto, correto.

Já falei aqui, inclusive, Sr. Presidente, que fiz a defesa, embora não necessária, do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, quando foi criticado, por não apresentar as suas contas. Acho que isso não é papel desse ou daquele Deputado, porque a lei não os obriga. Não temos a obrigação, fazemos por vontade e não por obrigação. Não podemos ser cobrados por aquilo que não é formalmente um dever da Assembléia Legislativa. Agora podemos e temos sido cobrados por coisas que estão ao nosso alcance e que podemos fazer.

Concedo o aparte ao Deputado Edson Praczyk, depois na sequência ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Edson Praczyk (PRB)**

Deputado Tadeu Veneri, obrigado pelo aparte, parabéns pelo vosso pronunciamento.

Vou tocar num assunto extremamente delicado e polêmico. Recentemente, participei com os demais Pares

dessa enquête promovida por um órgão da imprensa, com relação à minha posição nesse assunto.

O questionamento que me fizeram é se eu era contra ou a favor da proposta do Governador? Eu, ironicamente, disse: sou contra qualquer coisa que o Governador proponha. O jornalista até riu e questionou: “O senhor quer que eu coloque isso na pesquisa?” Eu disse: faço questão. Ao final ele perguntou: “Mas, o senhor é contra essa transparência?” Não, daí já é uma segunda pergunta: penso que a sociedade paranaense deve e tem o direito de exigir essa transparência, tantas quantas vezes assim julgar necessário. Agora, proposta vinda do Governador, me desculpe, minha mãe costuma dizer: “Cada macaco no seu galho.” Que ele cuide do Poder Executivo e que nós, enquanto Poder Legislativo, cuidemos nós.

É óbvio que ele que vive discursando ser detentor de um mandato transparente, “pero no mucho”, tanto é fato que tantas e tantas vezes esta Casa teve inúmeras dificuldades, tivemos que mover terra, céu e mar, para aprovar pedidos de informações, porque não é tão transparente assim como tentam vender essa idéia. Penso que ele não tem essa prerrogativa. Caberá a nós e a Mesa Executiva, na pessoa do Presidente, julgar se devemos ou não fazê-lo.

Penso sim que somos detentores desta condição e tudo que pudermos agregar, além do que já está sendo feito, para dar maior visibilidade e transparência à Casa é salutar, é positivo. Então, decidamos nós.

Muito obrigado.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Acho que o senhor lembrou bem, não temos aqui a obrigação de aprovar ou rejeitar antecipadamente qualquer matéria. Podemos fazer o debate, acho que não faço juízo de valor, não quero entrar no mérito da posição do Governador, só lembro que legalmente tem o direito de encaminhar PEC, cabe também ao Poder Executivo fazer.

Sei que não é nesse sentido que V. Exa. se referiu, mas até para que possamos fazer esse debate à luz não de uma situação passional, é que é importante que pudéssemos dar um desfecho para não ficarmos com uma espada na cabeça durante o tempo todo e depois achando que as coisas não andam porque não queremos que andem.

Da mesma forma quando nos referimos ao nosso Regimento. O novo Regimento que eu falo que o mérito é muito maior que do ex-Deputado José Maria, prevê inclusive que pedidos de informações não devam ser votados, passam pela Mesa e obrigatoriamente vão para o Poder Executivo, como é feito no Congresso.

O Deputado Enio foi assessor do Deputado Paulo Bernardi, sabe que no Congresso Nacional não se vota pedidos de informações sem nenhuma avalanche. Não se vota pedido de informação no Congresso Nacional. Apresenta-se à Mesa. A Mesa o remete à Casa Civil ou àquele de direito e tem por obrigação legal dar a resposta conforme determina a lei. Daí não se faz essa batalha toda

que fazemos aqui, que é legítima, mas às vezes se torna estéril e não traz o resultado esperado.

Com o aparte o Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Acho que deveria ser descontado dos Deputados que não vêm trabalhar. Volto a dizer isso, porque o único jeito de ter a presença dos Srs. Deputados é descontando do salário, no final do mês. É tão chato quando cai uma Sessão e a imprensa diz: “Falta de quórum, caiu a Sessão”. É ruim para os que estão aqui e para os que não estão. Acho que deveria ter esse controle, descontar dos faltosos. Já deveria ter acontecido.

A campanha eleitoral se aproxima, devemos participar, mas não vamos deixar de estar aqui. Vamos cumprir todos os dias de acordo com a determinação da Mesa. Nas Sessões Ordinárias, estaremos aqui. Esse é o principal papel nosso, a eleição é outra coisa.

Agora, a Assembléia também, qualquer coisa é culpa da Assembléia. Hoje, por exemplo, este horário aqui não dá quórum nem da imprensa. A imprensa está aí em número reduzido. De manhã cedo nem a imprensa vem. São poucos que vêm.

Agora, a Assembléia passou 100 anos sem pintar a fachada e agora está na mídia porque pintaram. É um negócio engraçado. Até agora ninguém via a Assembléia. Agora colocaram uma corzinha ali, estão fazendo um negócio bonito, aí é crítica porque pintaram a Assembléia, pintaram de azul. Queriam que pintasse de quê? De preto? De vermelho?

Enfim, são coisas também que temos que parar de nos pautar por alguns medíocres deste Paraná, que infelizmente tem medíocres por aí que acham que é tudo culpa do político. Mas não dá para comparar todo mundo. Até a pintura da Assembléia estão enchendo as paciências. Até agora ninguém falou se estava bom ou se estava ruim. Agora que pintou e está bonitinho, parabéns, Presidente, está bonito. O azul é a cor da beleza. Parabéns e continuamos assim.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Independente da opção pela cor, acho que o problema não é se este ou aquele órgão faz ou deixa de fazer a crítica, até porque acredito que a imprensa tem todo o direito de fazer a crítica a quem quiser. Eu sou um defensor, como V. Exa. também é, do direito da imprensa de fazer a crítica, do direito da imprensa de se expressar, até porque temos, através desse mecanismo, como fazer a resposta também.

Infelizmente tivemos um período no Brasil em que as pessoas talvez nem comentassem como isso poderiam fazer, e nós lutamos para que isso pudesse acontecer. Então, é bom que a imprensa faça suas críticas. Algumas são positivas. Outras não.

Mas o que eu me referi, especificamente, é que devemos uma resposta a duas situações específicas - a esta que V. Exa. se refere também que é a presença -

vejam, Srs. Deputados, temos aqui, provavelmente, 80% dos Deputados que estão hoje aqui não são de Curitiba, são Deputados que vêm e fazem, hoje a partir do meio-dia vão fazer, Sr. Presidente, V. Exa. é de Curitiba, eu sou de Curitiba, Deputado Malucelli é de Curitiba, mas somos exceções, Deputado Praczyk, porque alguns vão fazer 400 a 600 quilômetros hoje, Deputada Luciana por exemplo, para voltar para a sua casa, a sua cidade, quando poderia estar lá desde terça-feira ou quarta-feira.

Então, esta é uma situação que vamos discutir, a Mesa terá sabedoria para fazer a discussão no momento oportuno. E a outra que eu gostaria de colocar é justamente esta, que possamos ter, a seu tempo, uma resposta não aos jornais, que acho que não são os jornais, mas os jornais repercutem e eu respeito muito a opinião que a imprensa tem tido e repercute aquilo que fazemos aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### **O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de pegar o gancho oportuno do Deputado Jocelito Canto para parabenizar, em nome do Presidente Nelson Justus e da Mesa Executiva, lembrar aos nossos telespectadores e a todo o Paraná, quando o Deputado Jocelito Canto toca na cor que foi pintada a Assembléia, e acho que ele tem toda a razão, quer dizer, se incomodam com um assunto de menos importância e às vezes esquecem de ver a transparência que virou a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na gestão do nosso Presidente Nelson Justus, do nosso 1º Secretário Alexandre Curi. É uma das Assembléias mais transparentes do país. É uma Assembléia aonde se vota aberto. É uma Assembléia que existe um canal de televisão, a TV SINAL, que está em todo Paraná, onde se pode acompanhar o trabalho de todos os Deputados, diariamente, sabendo quem está aqui, quem não está, defendendo suas idéias e sua região. O painel de votação que é a pura transparência. Aqui, hoje, todos os Deputados votam e dizem por quê votam, em quem votam e qual a matéria. Não se escondem mais atrás de cortinas para votar, seja qual for o assunto.

Então, quero deixar aqui o registro para que o Paraná inteiro saiba que esta Assembléia tem transparência, tem seriedade, porque tem Presidente e Secretários de uma competência extraordinária, políticos com experiência e para nós que estamos chegando é uma grande escola.

Por isso, parabéns, mais uma vez, pela forma com que a Assembléia tem sido tocada para nós que somos Parlamentares e aqui freqüentamos para podermos, sim, andar de cabeça erguida, Sr. Presidente, por este estado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Obrigado. Apenas para complementar, claro que entendo, acho importante a colocação do Deputado Tadeu Veneri, devemos discutir esta questão da PEC que se encontra aqui na Casa.

Tenho constantemente respondido e avocado para a Mesa esta responsabilidade. Tenho uma preocupação

muito grande, pela minha formação jurídica, com uma emenda à Constituição. Posso afirmar aqui a V. Exa. que nenhum dos Poderes terá condições de cumprir a PEC da maneira como ela veio para a Assembléia.

Então, é muito fácil jogar a responsabilidade e V. Exa., com propriedade, disse aqui para esta Casa. Sabemos disto, de como são feitas as coisas e como o Poder Legislativo é combatido em todo país. E não podemos criticar a imprensa. Puxa vida, nós louvamos aqui, avançamos na questão do voto aberto. Hoje mesmo a imprensa, que enalteceu o voto aberto, critica o voto aberto hoje, porque algumas pessoas não teriam a coragem de enfrentar o Governador se o voto fosse secreto ou não.

Então, como as interpretações são difíceis. Eu, Deputado Tadeu Veneri, acho, concordo e temos uma luta grande para isto e tenho certeza que vamos atingir um grau maior da nossa transparência. Estamos avançando, e muito, para isto.

Ontem mesmo saímos daqui quase 9 da noite, junto com o Deputado Alexandre Curi, com a direção da Casa, com mais alguns Deputados, exatamente avançando nesta questão das nossas dificuldades aqui de tornar tudo mais claro, mais transparente, mas fácil, e posso dizer, sem medo de errar e avocando a responsabilidade para aquilo que eu digo, não é com uma emenda constitucional que vamos virar transparentes. Somos o que somos, independente do que esteja escrito no “livrinho”. Cada um é responsável pelos seus atos e é cobrado de quatro em quatro anos num vestibular que temos que prestar, independente daquilo que está escrito. É muito fácil escrever, virar uma fábrica de leis e não poder cumpri-las.

Então, o importante é termos a conscientização de que temos que avançar, sim. Temos que ter um Regimento Interno e todas as Assembléias do Brasil, Deputado Tadeu Veneri, estão com a mesma preocupação. Nesse encontro último que tivemos aqui, ainda o Deputado Durval Amaral nos ajudando nisto, todos os Deputados, foi criada uma Comissão entre as Assembléias de todo o país para que pudéssemos, de certa forma, tornar o Regimento Interno meio que homogêneo, para que todas pudessem, mais ou menos, onde avançar, onde recuar. É algo extraordinário, onde estamos trocando, e posso até fornecer aos Deputados uma documentação enorme do que aconteceu em Minas, do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde eles tiveram uma avanço muito grande, por que lá é bom, por que aqui não é bom.

Então, para isto não precisamos de uma emenda constitucional. O que eu quero dizer e tenho dito isto, às vezes até as pessoas interpretam como uma grosseria minha, coisa que não combina muito comigo, mas não vou ser pautado pelo Governador e muito menos pela imprensa.

A Casa vai avançar, porque ela tem e deve avançar. Estamos recebendo esta sinalização de toda a sociedade. O Brasil inteiro cobra. Agora, a palavra da moda é a

transparência. Claro que sim, mas não é através - até alguém sugerir que a cor para pintar a Assembléia fosse a transparente. Por que não a transparente?

Alguém me questionou sobre isso, eu disse que até a cor da Assembléia vai ser decidida pela própria Assembléia!

Então, podem ter certeza que a preocupação é de todos nós. Nós assumimos esse compromisso, nós avançamos e muito! Puxa vida, não temos mais carros na Assembléia, os Deputados não têm mais automóveis, não temos mais Sessões Extraordinárias remuneradas, diminuímos o nosso recesso, que não é férias, é recesso, acabamos com o voto secreto, implantamos o painel eletrônico que ninguém acreditava. A Reitoria, a Universidade Federal do Paraná, pega hoje, diariamente, a presença dos Deputados, sem requerimento, diretamente! Estamos na internet, todos os nossos projetos podem ser acompanhados pelo telefone celular, no carro, onde está aquele projeto, com quem está, de quem é o parecer, quem é o Relator? Nós avançamos muito! Tem muita coisa a fazer? Tem, tem muita coisa a fazer! Estamos mudando uma cultura da Casa de muitos anos. Não se faz isso por decreto, nem porque o fulano quer, o beltrano quer, nem mesmo o Governador, não é assim!

Então, temos que ter, como dizia o Antena: “Muita calma nessa hora!” É importante que isso fique bem claro: a Mesa Executiva está fazendo de tudo para que tenhamos cumprido esse papel e podem ter certeza que vamos cumprir!

Agradeço e entendo a cobrança porque para mim é o dia inteiro. A primeira entrevista é essa: “Quando é que vai volta a PEC?” Mas que PEC? Não precisamos de emenda constitucional nenhuma para tornar esta Casa transparente e aí a responsabilidade que tem esta Casa com todos os Poderes constituídos de mudar a Constituição com algumas letras, e V. Exas. tiveram acesso a ela, V. Exa. também teve, Deputado Tadeu Veneri, olha, uma emenda constitucional, do jeito que está escrita, quero ver como ficariam todos os poderes para resolver questões que são muito difíceis ainda de serem resolvidas! Mas estamos avançando muito e tenho a consciência disso, tenho a consciência e V. Exas. também, de que estamos avançando e muito, até o ponto de eu estar dizendo que estou numa televisão, numa Sessão que está sendo televisionada! Então, as coisas mudaram, mas muita calma nessa hora! Eu adoro essa frase, acho muito boa para o momento.

#### O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na verdade eu estava aqui ansioso para falar, para dar meu testemunho com relação à conduta da Mesa Executiva na Assembléia. Cheguei aqui na Assembléia, dois anos que iremos completar como Deputado e tenho sentido, por parte da Mesa, uma abertura muito grande quanto a sugestões para que a Casa funcione de maneira melhor. Lembro bem, quando aqui

entrei quis protocolar um projeto de lei e no recesso, que não é férias, você não podia protocolar um projeto de lei. Então, só para complementar, mais um avanço na sua gestão, hoje é possível dar entrada num projeto de lei e mais, acompanhar e deixá-lo praticamente pronto para vir a Plenário na hora da volta do recesso.

Isso é um avanço e eu queria parabenizar a gestão de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Só para completar, a partir da próxima semana V. Exas. terão a TV SINAL também nos seus computadores nos seus gabinetes. Não precisa nem ter aparelho de televisão no gabinete, a TV SINAL estará integrada aos gabinetes, aos computadores.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acho que numa Sessão de quinta-feira o senhor elencou uma série de ações que foram tomadas e uma situação interessante que o Congresso Nacional mantém, e que me parece que não tem sido regra, mas que era regra e a Assembléia quando aprovou uma PEC aqui, reduzindo o recesso, aprovou também uma emenda feita pelo Deputado Stephanes que não tivéssemos convocação e desconvocação pagas quando houvesse necessidade de fazer esse tipo de convocação extraordinária.

É bom lembrar, porque muitas vezes as pessoas ainda acham que quando a Assembléia tem uma convocação, em janeiro, é feito como no Congresso Nacional, que acho absolutamente condenável, o Deputado ficar 10 dias e receber para fazer aquilo que é sua obrigação. A Assembléia Legislativa, acho que a tempo, corrigiu esta situação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Nem as Sessões Extraordinárias são mais remuneradas, o que até há muito pouco tempo atrás ainda eram. Também é mais um avanço.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

## ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Enio Verri, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Esta Sessão de quinta-feira vou tomar a liberdade de batizá-la como Sessão do Presidente Nelson Justus, homem teimoso, mas perseverante.

Lembro quando o Presidente Nelson Justus resolveu estabelecer que toda quinta-feira haveria Sessão nesta Casa de Leis, muitos chiaram e o Presidente peitou, enfrentou e a Sessão está aí! Agora, são 54 Deputados e o painel registra, neste momento, a presença de apenas 18 Parlamentares. Eu quero, Presidente, hoje, de coração, fazer uma defesa dos Deputados faltosos, afinal de contas no mês que vem vai ter recesso e muitos Deputados vão viajar, fazer turismo, e olha que fazer turismo cansa!

Pega carro, vai para o aeroporto, congestionamento, desce em Paris, Nova York, depois Roma, vai para o hotel, aquele trânsito, aqueles jantares, aquela programação turística, isso cansa demais fazer turismo! Acredito que os faltosos estão se concentrando, descansando bem para no mês que vem poderem viajar bem descansados.

Agora e o povo? Ah, o povo! Depois, quando não são reeleitos, ficam praguejando o povo. Mas a culpa não é do povo, a culpa é de quem pleiteia o voto do povo e depois nem aparece para trabalhar. Tirando algum motivo de força maior, morte na família, doença, ou alguma representação que seja importante, porque cá para nós, esse negócio de dizer que tem compromisso oficial... todos nós recebemos convite, tem um monte de envelopes no gabinete, é convite para todo tipo de evento em todo canto do Brasil. Se o Deputado for apegado a isso, é jantar aqui, é almoço ali, é uma reunião não sei aonde, é almoço com o Presidente Lula que eu também estou convidado, dia 22, em Cambé. Vai ser num domingo, então vou poder ir porque não vai atrapalhar a Sessão. Mas confesso, Sr. Presidente, que mesmo com o Presidente Lula, se fosse dia de semana, eu não faltaria na Sessão desta Casa, nem para almoçar com o Presidente Lula. Com todo respeito ao mais alto mandatário da nossa nação.

Então, vale o esforço, esse empenho do Presidente Nelson Justus, porque V. Exa. mostra que tem um respeito grande pelo povo do Paraná. Tem que ter Sessão, sim. Não seria nada de mais se tivesse Sessão também na sexta-feira.

Neste ano estou completando 40 anos de vida pública. Em todos os 10 mandatos que o povo me conferiu, tive dedicação exclusiva ao mandato conferido pelo povo. Agora, quem não está com vontade de trabalhar, quem está mais com vontade de fazer turismo, acho que não deveria pleitear o voto do povo. Acho que é uma sacanagem, uma falta de consideração com os eleitores, com aqueles que votaram e até com aqueles que não votaram. Porque neste momento estamos aqui como Deputados, de todo o Paraná. Deputados para quem votou e para quem não votou. Uma lei que votemos e que não seja boa vai prejudicar os nossos eleitores e vai prejudicar também quem até não nos conhece. Então, somos Deputados do Paraná e o nosso compromisso é muito sério com o nosso povo.

Lamento que estando tão perto de ter um recesso parlamentar no mês de julho, alguns colegas já estão concentrados desde já, matando serviço numa quinta-feira tão bonita.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. passa a usar o horário do PP.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

O que custa o Parlamentar estar aqui, a Sessão é de manhã. Se sair daqui logo depois da Sessão, o Deputado



tem condições de chegar hoje em qualquer região do Paraná, para ainda hoje atender a sua base política. Ele tem quinta, sexta-feira, sábado, domingo, tem o feriado e tem o recesso. É deplorável a ausência dos Parlamentares.

Mas fica a congratulação ao Presidente Nelson Justus. Continue perseverante, Presidente, acho que a nossa obrigação, no mínimo, é estarmos aqui para trabalhar. Agora, se o trabalho de cada um de nós vai agradar ou não vai agradar o povo é outra situação. Aqui, cada Deputado tem o seu jeito de trabalhar, seu jeito de discursar, seu tipo de projeto para apresentar, a sua conduta nas Comissões, mas tudo começa, ao meu ver, com o comparecimento aqui. Achar que alguém vai ser bom Deputado sendo praticamente fantasma. Porque quem não aparece para trabalhar é fantasma, e de maneira nenhuma será um bom Deputado. Aqueles que nem mesmo comparecem às Sessões desta Casa!

Queria falar sobre a atuação de um Deputado. Desde que fui eleito a primeira vez como Vereador mais votado na minha cidade, em Londrina, em 1968. Eu e o Álvaro Dias fomos eleitos Vereadores no mesmo ano em Londrina. Eu, sem nenhuma experiência política, montei um escritório bem modesto para atender à população que precisasse falar comigo, fora da Câmara Municipal.

Dois anos depois, em 1970, eleito Deputado nesta Casa, criei, mantive, melhor estruturado, um gabinete parlamentar na minha cidade de Londrina. Então, estou completando 40 anos de vida pública e 40 anos que mantenho um escritório que também é o mínimo que tenho que fazer em respeito ao nosso povo para atender aos cidadãos. Ontem fui premiado, saiu na televisão que tenho uma seção em Londrina. O único erro que eles falaram é que eu tenho uma seção; tenho mais de uma seção em Londrina.

Agora eu pergunto: O Paraná tem três Senadores, será que tem algum Senador do Paraná que não tem um escritório aqui no Paraná? É só em Brasília? Se quiser falar com o Senador é só em Brasília? Não. Acredito que todos os três Senadores têm escritório aqui, têm assessores em Curitiba e em algumas outras regiões do Paraná.

Os 30 Deputados Federais que nos representam em Brasília, será que tudo deles, toda a estrutura está pautada só em Brasília, ou eles têm também uma representação aqui no Paraná? Lógico!

Na minha cidade tem quatro Deputados Federais. Os quatro Deputados Federais estão de parabéns, porque eles mantêm assessoria em Londrina, como eu mantenho. Não perguntei ao meu colega Luiz Eduardo Cheida, mas quero crer que ele também tem. Acho que o Deputado que é de Maringá, no mínimo ele tem que ter uma assessoria em Maringá, para facilitar o acesso da população de Maringá nos pleitos, nas reivindicações aqui na capital. O mesmo se dá com o Deputado de Cascavel, de Ponta Grossa, de Foz do Iguaçu, de Pato Branco, de Guarapuava e de todas as regiões. Será que a Deputada Beti não tem um escritório em Colombo para atender o povo? Lógico que tem!

Sr. Presidente, dentro daquela confusão que hoje ocorre com a Câmara de Londrina, que não quero entrar no mérito, porque senão poderiam dizer que estou usando aqui de espírito de vingança contra os Vereadores de Londrina, quero aqui reafirmar o que falei hoje às 6h da manhã, ao vivo no rádio. O meu programa é ao vivo. Falei o seguinte: se um dia eu, como Deputado, for proibido de pedir o voto para o povo da minha cidade, que é Londrina, se eu for proibido de ter uma representação parlamentar para facilitar o atendimento do povo de Londrina e da minha região, eu prefiro nunca mais ser candidato a cargo nenhum.

Chega dessa história do Parlamentar se eleger e ir embora para Brasília, feito “para-quedisse” e só aparece daí quatro anos, para poder pleitear de novo o voto do povo. Temos que dar atendimento permanentemente à nossa população, aos nossos irmãos paranaenses, a quem vota, a quem não vota, facilitando que eles possam fazer, através do nosso escritório que mantemos, volto a repetir, mantemos há quase 40 anos, está de pé, vai continuar de pé, porque esse é o nosso dever: pleitear o voto e retribuir o voto do povo com trabalho, muito trabalho, mas muito trabalho mesmo!

Por isso, acho que estão de parabéns todos os Parlamentares desta Casa, que estão aqui cumprindo o mandato mas que não se esqueceram, que não viraram as costas, que não chutaram a porta na cara dos eleitores que conferiram a eles, através do voto secreto, através do voto abençoado, este mandato que é tão importante, através do qual podemos ser muito úteis em benefício da população, principalmente de baixa renda, do povo mais sofrido do nosso estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo a homenagem a V. Exa. pela Sessão de quinta-feira. Reafirmo aqui, enquanto tiver vida e saúde e estiver cumprindo um mandato que Deus permitiu que o povo me outorgasse, através do voto secreto nas urnas eletrônicas, estarei com a minha representação na terra que me elegeu, a cujo povo eu sou eternamente grato por tantos e tantos anos de grandes e majestosas vitórias que esse querido povo tem me dado através das urnas eletrônicas.

Obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

## ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Bom-dia, Sr. Presidente, Nelson Justus, Deputados e Deputadas, Deputada Beti Pavin, presente.

Durante o ano todo debatemos nesta Casa, quase que semanalmente, a questão da Segurança Pública e foram muitas as vezes que questionamos os altos índices

de criminalidade, as altas taxas de homicídios de Curitiba e região metropolitana.

O Secretário da Segurança esteve nesta Casa e colocou para nós índices, mostrou de uma forma transparente o geoprocessamento da criminalidade em Curitiba e região metropolitana e nos colocava que cerca de 80% dos índices de criminalidade estavam intimamente relacionados ao uso de drogas e ao narcotráfico.

A cada dia, nos jornais, vemos mais casos de violência, onde há o envolvimento de drogas. No final de fevereiro, um jovem de 23 anos foi morto à facadas, pela própria mãe, no jardim Bela Vista, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Desesperada ela tentou chamar o SIATE, mas já era tarde. Na Delegacia disse que não sabia mais como lidar com o filho dependente de crack. Naquela noite o jovem estava bastante violento e voltou a ameaçar os familiares para conseguir dinheiro para a compra da droga. A mãe já havia tentado interná-lo duas vezes, sem sucesso. Os vizinhos dizem que eram comuns as cenas de violência e os furtos dentro de casa. Acuada, os parentes do rapaz não sabiam mais a quem recorrer.

Quero chamar a atenção dos senhores para outras manchetes veiculadas pelos jornais: “Usuário de crack morto com tiros e facadas em Piraquara”; “Morre com cachimbo de crack nas mãos na Cidade Industrial de Curitiba”; “Menino de 14 anos é apreendido com 1,5 mil pedras de crack”; “Mulher presa com crack em São José dos Pinhais”; e assim por diante.

Nesta semana trazia ainda que 43% das apreensões de crack no Brasil são no estado do Paraná, Deputado Jonas. Eu não sei se podemos nos alegrar pela eficiência da nossa Polícia ou se realmente estamos vivendo uma epidemia no estado com relação a esta droga.

Foi pensando nesta situação que eu solicitei à Mesa que começássemos a discutir o uso de drogas e a dependência química fora do cerco da Segurança Pública e começássemos a tratar isto como uma questão de Educação, como uma questão de Saúde.

E foi pensando nesta situação que propusemos à Mesa e a Mesa acatou, e agradeço muito ao Sr. Presidente Nelson Justus, que convidássemos hoje para estar aqui conosco o Sr. José Antonio Chardong. Ele é fundador da Comunidade Terapêutica-Dia, onde é Diretor Administrativo. Ele atua na área desde 1995, em comunidades terapêuticas rurais, residenciais, terapêuticas, e Comunidade Terapêutica-Dia. Administrador e técnico em dependência química, com formação pela Federação Brasileira de Comunidade Terapêutica, Secretaria Nacional Antidrogas e Universidade Federal de Santa Catarina. Ele faz parte da CT-Dia que tem como missão promover, estruturar e oportunizar o acesso de pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade social a programas de saúde mental, social e ambiental, promovendo a cidadania.

Então, é com muito prazer que chamo o Sr. José Antonio Chardong e espero que as informações que o

senhor traz a nós sirva para que possamos, daqui a algum tempo, junto à Comissão de Defesa do Direito da Criança e Adolescente, criar uma missão, uma Força-Tarefa, para que junto com a Secretaria da Criança e da Juventude, hoje sob a administração da Dra. Telma, possamos aprimorar o combate a essa mazela que envolve toda a sociedade paranaense.

Obrigado, Sr. José.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ao tempo em que cumprimento a iniciativa de V. Exa., Deputada, passamos a palavra ao Dr. José Antonio Chardong, da Comunidade Terapêutica-Dia, para que faça uso da palavra.

**Sr. José Antonio Chardong**

O SR. JOSÉ ANTONIO CHARDONG

Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, da Comunidade Terapêutica-Dia, desenvolvemos um trabalho desde 1995, a mesma equipe técnica e a partir de 2004 montamos, fundamos este novo tipo de atendimento psicossocial a pessoas que fazem uso e abuso de substâncias psico-ativas, álcool e outras drogas.

Desenvolvemos, falando um pouco da CT-Dia, uma campanha nacional que teve como tema: As Drogas Matam de várias Maneiras, em que foram realizados filmes, fomos voluntários, temos 200 voluntários entre atores, Diretores, agências de publicidade, em nível de Curitiba, em nível de Brasil, e essas pessoas desenvolvem trabalhos e esses trabalhos então repercutiram nesses cinco filmes e campanhas em rádio, que tiveram um bom acesso a nível de Brasil, mas talvez pelo teor dos filmes tivemos alguns vetos, principalmente da Secretaria Nacional Antidrogas, na época, porque acharam os filmes um pouco pesados, mas mesmo assim foram veiculados na região sul, sudeste, norte e nordeste do país.

Agora estamos desenvolvendo outra campanha, que visa a prevenção que será em 2009. E essas campanhas, essa As Drogas Matam de várias Maneiras, tivemos prêmios no exterior, no próprio estado e a nível de Brasil tivemos o Prêmio About de Comunicação Integrada. O nosso site é [www.ctdia.com.br](http://www.ctdia.com.br), temos lá uma sala de imprensa virtual. Gostaríamos de parabenizar a Assembléia pela TV, pelos avanços que tem tido e principalmente na condução política dos atos desta Assembléia.

E é por isto que estamos aqui, porque tudo passa por decisão política no nosso país e em todo o mundo. Sem haver a motivação do Legislativo, sem haver a motivação política, nada se altera em nível de país. E o Paraná, através da sua Assembléia Legislativa e dos seus Poderes constituídos, precisa urgentemente fazer com que avancem as políticas, principalmente não só na área de Saúde e Segurança, mas a política social, para evitarmos ter que fazer como a Colômbia fez, que eu conheço o projeto na Colômbia, que estão fazendo hoje no Rio de Janeiro. É mais fácil você agir primeiramente na preven-

ção, primeiramente nessa questão social, do que ter que chegar depois a intervir radicalmente dentro das comunidades onde a droga, principalmente a droga, se faz uma constante na vida do cidadão. Prevenir é melhor do que remediar.

Hoje temos a dependência química, o álcool e outras drogas como motivadores do país, motivadores negativos. Temos mais mortes do que os americanos tiveram na guerra do Vietnã em todos aqueles anos, durante um ano no Brasil, em decorrência do uso e abuso, principalmente do álcool e outras drogas.

Temos um estado paralelo se montando em cima do narcotráfico, um estado paralelo que institui a pena de morte, um estado paralelo que mata, tortura, um estado paralelo que se montou através do crack. O crack é uma droga que veio, é uma droga que tem atingido todas as classes sociais. Temos, inclusive, observado nestes últimos anos, 90% dos casos que atendemos é crack. Antes era álcool, agora passou a ser o crack, que é uma droga barata e é uma droga que leva a comportamentos ilegais. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Nas entrevistas que fizemos na Gazeta do Povo no mês passado, tem muita gente que não quer aparecer nem falar o nome, mas para você mudar alguma situação, para você levar a informação você tem que se expor, tem que dizer seu nome e dizer o que está acontecendo.

E o que está acontecendo é que o narcotráfico montou um poder paralelo, um estado paralelo, onde instituiu a pena de morte. Todos os dias vocês abrem os jornais, jornais aqui do Paraná e você vê execuções sumárias, principalmente de adolescentes. O crack é uma droga tão terrível que hoje, por exemplo, você diz: "Mas por que acontecem esses confrontos com os policiais?" Porque o crack induz a pessoa, durante o seu efeito, a reagir. Ele reage e enfrenta a Polícia a tiros. É por isso que está acontecendo tanta violência. E a violência descabida vai continuar aumentando se não cortarmos o corredor da morte. A partir do momento em que a Força Aérea começou, pode ter autorização para abater os aviões do narcotráfico, o que se fez? Temos as fronteiras aqui, principalmente no Paraná, aumentou o quê? O tráfico de drogas terrestre. Eles perdem uma e ganham duas, ou perdem três e ganham duas, então existe o corredor da morte e é principalmente por causa do crack e da maconha. Hoje não se vê mais falar em droga injetável, o crack chegou para dominar, e por decisão política pode se alterar este quadro, antes que se chegue ao que está acontecendo, por exemplo, no Rio de Janeiro.

Fala-se muito em dependência química, tratamento médico e saúde. Claro que envolve a saúde também, mas o principal é o atendimento social e psicológico. Sem haver intervenção na área social não vamos conseguir trabalhar com a questão das drogas. Para os senhores terem uma idéia, hoje a escola é responsável por apenas 13% de informação sobre prevenção ao uso de drogas ou substâncias psicoativas. Então, cabe uma intervenção do estado, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, para quê?

Para que se estanque, para que se implante nos currículos escolares, para que transforme esta triste realidade que atinge a população brasileira.

Aqui no Paraná temos notado um aumento absurdo de pessoas que estão sendo vítimas dessas substâncias psicoativas. Para os senhores terem uma idéia, o crack é uma pedra no caminho dessas pessoas, o crack destrói famílias, destrói pessoas, destrói todos os paradigmas sociais, faz com que todas estas pessoas se tornem escravas e venham buscar, através de comportamentos ilegais, em consequência disso entrar em conflito com a lei a partir dos 12 anos de idade. Temos observado, através de uma campanha e através de uma pesquisa que estamos realizando com 80 mil professores, a nível de Brasil, através de Humano Editorial e a Diferencial Pesquisa de Mercado, o quê? Que a maioria dos professores não detêm informações sobre o uso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas. São alguns dados estarrecedores que começamos a ver. Lá em Almirante Tamandaré temos o Poder Judiciário lutando com todas as dificuldades, o Dr. Marcelo, Promotor, aqui mesmo nas penas alternativas, o Dr. Lourival Schimin, temos visto a falta de equipamento, não do estado porque o estado é responsável, com certeza, mas também o estado pode partilhar com os outros, instituições ou Organizações Não Governamentais, essa questão de tratamento, principalmente o psicossocial.

Na área de tratamento temos os médicos, eles cumprem a sua função, mas a área de atendimento psicossocial pode ser partilhada pela sociedade. Temos visto a luta desses homens: para onde encaminhar esses adolescentes? Em 2001 teve a reforma psiquiátrica e essa reforma fechou leitos na região metropolitana e em Curitiba, mesmo no Brasil inteiro, estes leitos, muitos deles, deveriam ser para desintoxicação da dependência química, não poderia se fechar tanto. Faz a desintoxicação e depois encaminha para o atendimento psicossocial. O tratamento não está em 10 ou 15 dias, faz a desintoxicação no hospital, não onera o Poder Público pelos gastos que se têm nestas instituições e encaminha estas pessoas para o atendimento psicossocial que é necessário, de três, seis a nove meses.

Vejam os senhores que muitas vezes se diz que é preciso investir muito. Temos que investir muito na Educação. Hoje as crianças, os adolescentes, passam o maior espaço de tempo fora de casa, com os professores, porque seus pais trabalham durante o dia. Com quem ficam esses adolescentes? Investir na Educação, no social, principalmente na área de projetos sociais que beneficiem esses adolescentes na questão de saúde e na questão de tratamento. Gente que está no tratamento sabe a barra que enfrenta, não é fácil, falta de recursos, temos dificuldades em todos os sentidos. Não estou falando por mim, mas conhecemos muita gente que faz trabalho sério, temos o Frei Chico, lá no Pinheirinho, temos várias instituições que lutam com muita dificuldade para manter 60, 100 pessoas por dia em tratamento. Temos filas de espera

homéricas, temos famílias desestruturadas, temos que estruturar as famílias e não é preciso muito dinheiro não. “Ah, precisa de milhões para recursos.” Milhões para recursos quando vai se construir obras faraônicas, para atendimento psicossocial precisa uma sala, um banheiro e um escritório, não precisa ser uma casa construída, pode ser uma casa alugada.

Lá no Piauí, montamos uma franquia social que é feita com folha de coqueiro, quatro paus, é uma sala, daí tem um banheiro e aquilo lá atende 60 pessoas por dia. A realidade é diferente aqui do Paraná, é, mas com um custo muito baixo! As coisas são muito fáceis de se fazer, basta boa-vontade, mas tem que ter a vontade política, ou seja, a política é a essência. No momento em que houver a motivação, no momento que houver a decisão política, conseguimos inverter o quadro.

Temos alguns fatores, por exemplo, quanto ao crack, o aumento muito grande de adolescentes em conflito com a lei, ou seja, esses adolescentes, a partir da 5ª série há uma abordagem incrível nas escolas, nas ruas, no meio social onde vivem...

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Estou acompanhando atentamente seu pronunciamento e gostaria de parabenizá-lo por trazer um assunto tão sério, tão importante para esta Casa de Leis. Realmente o problema do crack no estado do Paraná, no Brasil, é muito grave! Estamos acompanhando todas as notas policiais na nossa região, na região dos campos gerais e chegamos à conclusão que isso é realmente muito importante debater na Assembleia Legislativa, através de Audiências Públicas, e levar ao conhecimento do Poder Executivo para que se tome as medidas necessárias.

Em Ponta Grossa, há dias atrás, crianças dependentes estavam traficando inclusive crack e houve recentemente notícias que estavam vendendo crack em barraquinhas de cachorro-quente no centro da cidade. Então, essa droga, derivada da cocaína, se disseminou muito rapidamente. O que o senhor falou é verdade: quando o usuário utiliza a droga, o crack, ele se sente poderoso e enfrenta qualquer pessoa, enfrenta a Polícia, se estiver armado ele atira, portanto é algo gravíssimo! Precisamos abordar com a responsabilidade política, como o senhor falou.

Então, queria parabenizá-lo, e o que o senhor precisa desta Casa de Leis, deste Parlamentar, para que posamos encaminhar projetos no sentido de tentar coibir este tipo de prática no nosso estado e principalmente porque sabemos que 80%, é inacreditável, mas 80% de toda criminalidade que acontece no nosso país é derivada do consumo de drogas, legais e ilegais, devido a esse consumo. E agora, com a disseminação dessa droga mortal que leva à morte, principalmente se consumida com álcool, precisamos ter consciência e responsabilidade

política, acima de tudo, para tentar coibir este grande mal no estado.

#### **O SR. JOSÉ ANTONIO CHARDONG**

Queria deixar dois alertas, porque o pessoal acha que às vezes não podemos falar certas coisas.

O crack hoje, no crack que há cocaína, bicarbonato e água, estamos falando há tempo, mas nunca vemos na imprensa, num ninguém fala, a questão do ácido de bateria. Sabe aquele ácido que pega na pele e queima? Pois bem senhores, estão adicionando solução de bateria no crack. Ou seja, a pessoa fuma e está fumando também solução de bateria, por que daí diminui a cocaína que é usada no crack. Coloca essa solução de bateria. Essa solução de bateria penetra na corrente sanguínea e vai para o cérebro. Imaginem o que faz essa solução de bateria na cabeça de um adolescente de 12, 13, 14 anos. Então, os caras, chegaram ao cúmulo agora, não tem mais explicação isso.

Estive observando naquela região dos campos gerais, eles estão adicionando o sabor do moranguinho, a cor do moranguinho na substância para atingir o maior número de crianças e adolescentes. Então, vejo que a situação chega num ponto que há necessidade da intervenção do estado, não só na repressão mas na Educação, na Saúde e em tratamento, que temos um número muito grande de usuários. Muito grande mesmo.

Então fica aqui o nosso apelo, o nosso obrigado à Deputada, aos Deputados, ao Presidente, a esta Casa para que através da vontade política e, essa Assembleia que em nível de Brasil tem sido motivo de orgulho, para os paranaenses. Decisão política, vontade política e vamos trabalhar, para que os nossos adolescentes, para que os nossos homens e mulheres do Paraná consigam pelo menos extirpar, retirar esse mal da sociedade, mas que se amenize a situação, que não se deixe avançar mais.

Muito obrigado!

#### **A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)**

Quero agradecer a presença do Sr. José Antonio.

Queria deixar registrado nesta Casa que é importante que saibamos que essa droga que começou na periferia, que começou como o resto da cocaína, a parte que desprezávamos, deixávamos isso para o consumidor com um poder aquisitivo menor, era droga barata. Hoje, ele não conhece mais barreiras sociais. Hoje, ela está na alta sociedade curitibana, piraquarense, araucariense, em todo o lugar, está na escolinha de periferia, mas está na frente das escolas privadas.

A outra questão, é que mesmo que você cuide muito dos filhos - tenho dois filhos um de 15 anos e outro 11 anos - que coloquemos no melhor colégio, que mantenhemos uma vigilância, não conseguimos estar o tempo todo com os nossos filhos. Essa droga, ela permeia toda a sociedade. Mesmo que os nossos filhos estejam dependentes químicos, nunca sabemos quando vão entrar na nossa casa, quando vão assaltar os nossos filhos, quando

vão chegar até nós em busca de recursos para financiar a droga. Por que há uma dependência química terrível.

Tive há algum tempo atrás com um pai, que me dizia que tinha saído à noite para buscar a droga para o filho, porque ele não agüentava ver o sofrimento físico do adolescente pelo momento de abstinência. O que se chama de fissura. Veja a que ponto chegamos.

Outra questão, Sr. Presidente, é a dificuldade de internação. Quando o Sr. José fala que o poder do narcotráfico decreta a pena de morte, ele decreta sim: “Você me deve, você tem que pagar. Você morre!” Ele anuncia: “Você vai morrer amanhã.” O adolescente chega em casa e fala para a mãe: “Mãe se você não me der eles vão me matar.” Já temos situação de morte anunciada.

Conversava com o Delegado Rubens Recalcati, lá em Araucária, hoje ele está em Araucária. Ele me disse exatamente isso, que os pais vão a Delegacia, e a mãe pede assim: “Delegado, por favor, chame o meu filho, intime o meu filho. Não sei o que fazer, não tenho mais nada dentro de casa, para que ele possa manter a droga. Não sei mais o que fazer porque eles vão matá-lo. Por favor prenda meu filho para salvar a vida dele”.

Essa é a realidade que estamos vivendo aí na periferia. A internação hospitalar, a reforma psiquiátrica foi importante que tenha sido feito. Tínhamos os hospitais psiquiátricos como depósitos de pacientes com problemas de saúde mental. Mas, chegamos a um extremo hoje de não ter leitos, para desintoxicação de dependentes químicos, mas principalmente, adolescentes. Principalmente, as pessoas procuram essa internação para tirar o filho da mão do traficante porque, quando ele toma a decisão: “Mãe eu vou parar, mãe me ajude”, é porque o revólver está na cabeça. Daí ele busca a internação e não consegue o acesso a este leito de desintoxicação. Então, o CT-Dia, temos muitas comunidades ligadas a Igrejas Evangélicas. São as saídas que estão se dando no estado.

Por conta desse momento que estamos vivendo nesta Casa, temos que sentar com as instituições legais. Estive na Secretaria do Estado discutindo essa questão da dependência química e, temos que fazer uma força-tarefa sim. Mas, vi além da instituição. Temos que chamar a sociedade, temos que chamar os pais. A nossa saída, nós mulheres Deputadas, a nossa saída da casa é irreversível. Não vamos mais voltar para nossas casas para sermos donas-de-casa, pode ter absoluta certeza. A sociedade quer da gente outro papel e é preciso que nós façamos. Também, não podemos delegar aos professores e para outras mulheres que delegam, para outras mulheres e assim sucessivamente, numa cadeia sem fim a responsabilidade para com os nossos filhos.

Hoje é importante que a sociedade - as instituições estaduais, municipais e federais - parem e que façamos uma força-tarefa para o enfrentamento desse problema. Muito obrigada pela sua presença, pela atenção dos demais Parlamentares presentes nessa Sessão e, principalmente, muito obrigada ao Presidente Nelson Justus

que o senhor com muita sensibilidade permite que situações como essa sejam debatidas nesta Casa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

As nossas homenagens ao Sr. José Antonio pelo trabalho que faz e pelo espírito comunitário, e os nossos cumprimentos a Deputada Rosane Ferreira pela brilhante iniciativa.

## ***Horário das Lideranças:***

No horário dos Democratas com a palavra o Deputado Plauto Miró.

## ***Liderança do Partido dos Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dia especial, o Dia do Meio Ambiente, Sr. Presidente. Vemos nos principais jornais do nosso país, todas as questões relacionadas ao meio ambiente do nosso país. A preservação é importantíssima, temos que preservar as matas, ser atentos a água, a situação dos rios. Mas, ao mesmo tempo temos que pensar também na produção, porque da forma como determinados órgãos ambientais caminham e rumam, vão fazer como que a agricultura brasileira possa, num curto prazo de tempo, ter restrições das quais os produtores vão ter restrições das quais os produtores vão ter que diminuir as suas áreas de plantio.

Vivemos num planeta, com um sério problema nos preços dos alimentos, da falta dos alimentos, porque a China, a Índia, a Ásia, em especial a China era um país comunista e quando esse país comunista abriu a sua economia, naturalmente aquele país recebeu investimento externo, capital estrangeiro e o próprio capital daquele grande país, que tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, fez com que os chineses passassem a ter um emprego garantido, pudessem ter uma renda maior. E com isto, naturalmente, a primeira coisa que faz quando melhora a renda, é melhorar a alimentação. Os chineses passaram a comer mais. Tanto os chineses quanto os indianos. A China tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, a Índia 900 milhões. Aqui no Brasil os números mostram que o brasileiro passou a comer mais.

Enfim, o planeta Terra tem na sua população, que não para de crescer, um consumo maior de alimentos. E este contraste, as restrições ambientais com a produção de alimentos vai fazer com que, num curto prazo de tempo, tenhamos na nossa mesa uma comida mais cara.

Não estamos aqui falando, Srs. Deputados, em derrubar a Floresta Amazônica. Tem que ser preservada. A lei que lá existe tem que ser cumprida. Qual a lei para a Floresta Amazônica, para a Amazônia Legal? Lá se permite derrubar 20% da floresta para que ela possa ser pro-

dutiva. A lei diz isto. Então, tem que se preservar 80% e a legislação diz que pode derrubar 20.

Muito bem, a Floresta Amazônica é intocável. Só que o Governo, o IBAMA, que é órgão ambiental federal, tem que impor e fazer com que a lei seja cumprida, porque hoje não está sendo cumprida. Hoje tem uma parcela de madeireiros, que derrubam com corte raso a Floresta Amazônica e isto só vai fazer com que pare de acontecer se tiver fiscalização e pena, uma pena para aqueles que estão derrubando a totalidade da Floresta Amazônica.

Então, tem sim que, os Poderes constituídos, o Poder Executivo de fiscalizar a questão lá do desmate da Floresta Amazônica.

Mas na posse do Presidente do IBAMA, Roberto Messias, que foi no dia de ontem, o Ministro Minc - que foi trocado, tiraram a Ministra do Meio Ambiente - assumiu pelas mãos do Presidente da República que tomou esta atitude, pela própria morosidade, a dificuldade dos processos que tramitavam dentro do meio ambiente e que tinham nas mãos da Ministra um tratamento diferenciado que acabavam não avançando, com a construção, a permissão para a construção de usinas hidrelétricas e outras tantas questões que por lá passavam. Acabavam chegando e não saíam das gavetas e naturalmente os problemas do desenvolvimento do nosso país acabavam fazendo com que se parassem os projetos necessários para o nosso Brasil.

Mas na posse do Presidente do IBAMA, o novo Ministro, o Minc, falou uma coisa que tem que ser discutida. Sempre digo, temos que ter um desenvolvimento sustentável. O que é o desenvolvimento sustentável? Tem que ter uma posição de equilíbrio. Onde pode ser produzido tem que se produzir. Os órgãos ambientais têm que liberar. Não podem criar caso, como criam hoje em várias regiões do nosso país, dificultando a produção de alimentos no nosso país. Então, defendemos o desenvolvimento sustentável. Mas o Minc, disse aqui na posse do Presidente do IBAMA, tem que o Conselho Monetário Nacional fazer com que não se liberem mais recursos para os produtores que estão utilizando o cerrado brasileiro como local para produzir grãos.

Puxa, o cerrado brasileiro vem sendo aberto há mais de 30 anos, e naturalmente, naquele período, há 30, 35 anos atrás, a regra ambiental, a legislação ambiental não existia. O pessoal entrava e ia derrubando aquele cerrado e naturalmente vindos do campo, nessas áreas produziam alimentos e por isso que o Brasil tornou-se um dos maiores produtores de alimentos do mundo, por causa do cerrado brasileiro. E hoje existe ainda milhões e milhões de hectares do cerrado brasileiro que é intocável. Mas as restrições que o Ministro está querendo fazer são nas áreas que já foram abertas, Sr. Presidente, áreas que já estão produzindo. Quer dizer, estão querendo fazer com que o crédito que é liberado para uma parcela dos produtores rurais não possa mais ser liberado.

Então, tem uma situação que não consigo entender bem. Quais são os reais interesses que têm por trás de toda esta discussão. Sempre falo que a preservação do meio ambiente cabe a todos. Você quando de manhã liga o seu carro para se deslocar de um lugar para o outro, você está poluindo. É álcool, gasolina, que é um combustível fóssil, está poluindo o meio ambiente - quando você pega a sacolinha plástica e joga no lixo, quando você utiliza produtos e aquela embalagem você joga no lixo comum, o lixo que não é reciclado. Somos os grandes poluidores e não podemos fazer como determinadas organizações tentam fazer, entidades tentam dizer que o agricultor, o produtor rural é o grande bandido da situação do meio ambiente. Não é. Todos nós temos uma responsabilidade.

Todos temos que fazer a nossa parte. Agora, peço equilíbrio. Desenvolvimento sustentável - bonita esta palavra, Sr. Presidente. Isto quer dizer, que não podemos radicalizar nem de um lado e nem do outro e espero que o Ministro Minc não radicalize, porque se radicalizar, num curto espaço de tempo, eu digo a vocês, esses representantes de órgãos ambientais vão acabar apanhando nas ruas deste planeta. Sabem por quê? Vai faltar comida. E quando faltar comida a população vai reagir. E reagindo vai acabar penalizando aqueles que tentam restringir o avanço da agricultura no Brasil, e também em outros países, mas em especial no nosso Brasil e eu espero que o equilíbrio, tanto de um lado como de outro, possa vir à tona para que não tenhamos, num curto prazo de tempo, uma série situação de desabastecimento e, naturalmente, fazer com que isso, a população, daí sim, venha a passar fome, porque o dinheiro que ele recebe no final do mês, não vai poder comprar os alimentos necessários.

Não estou aqui, para deixar claro, para defender o desmatamento. Estou aqui sim, para dizer que a agricultura tem que ser em áreas que já estão sendo produzidas, tem que se avançar nas áreas degradadas que existem no nosso Brasil. E só dando um exemplo: o estado do Tocantins tem em torno de 70% da sua área que é área de cerrado. Lá se explora só em torno de 30% das terras daquele estado e a restrição ambiental naquele estado, como em outros estados da nossa federação, faz com que a agricultura não possa avançar.

É o alerta que aqui deixo hoje, no Dia do Meio Ambiente, para que tenhamos o tal do desenvolvimento sustentável que é a preservação, mas também a produção, se não quem vai pagar somos nós, os brasileiros, nós, os seres humanos que, num determinado momento, vamos ter os alimentos tão caros que o nosso dinheiro não vai poder comprar.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB, PDT, PMDB.

(**Declinam**)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

## ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, cidadãos do Paraná. Volto a ocupar esta tribuna nesta quinta-feira e hoje para falar a respeito de um projeto de lei de nossa autoria, Projeto de Lei nº 251/08, que dispõe sobre o incentivo e benefícios às fábricas, indústrias que produzem materiais ortopédicos, próteses, cadeiras de rodas, indústrias que fabricam materiais especiais para portadores de necessidades especiais.

Este projeto tem a co-autoria também do nobre Parlamentar, Deputado Alexandre Curi. E este projeto, tenho certeza absoluta, tem um grande alcance social, mesmo porque estaremos incentivando e dando benefícios, até mesmo fiscais para as empresas no tocante à matéria-prima, porque já existe, Sr. Presidente, uma lei de 1991 que isenta de ICMS e de IPI as fábricas, mas a matéria-prima ainda possui toda carga tributária. Uma empresa que produz, por exemplo, cadeiras de rodas e poderá receber estes incentivos na matéria-prima no momento que vai comprar uma roda ou um equipamento eletrônico para as cadeiras motorizadas, ou até mesmo parafusos poderá diminuir o valor desses produtos em até 17%. Então nós teremos uma economia de até 17% no produto final, para os portadores de necessidades especiais.

Estamos estendendo esta lei de 1991 também para as revendedoras, para as empresas que vendem estes produtos, portanto o benefício poderá atingir até mais de 20, 25% de economia, numa cadeira de rodas, numa prótese. E o estado do Paraná, iria dar um bom exemplo para todo país, porque no nosso Brasil, todo mundo sabe, infelizmente estes produtos ortopédicos, estes materiais especiais para portadores ainda são muito caros e normalmente uma pessoa simples, humilde tem muita dificuldade para adquirir uma cadeira de rodas de R\$ 200, que dirá o sonho de consumo de um portador que é uma cadeira motorizada!

Existe a possibilidade da Casa, da Assembléia Legislativa do Paraná, através desse projeto de lei - mais uma vez ressalto o nome do Parlamentar, Alexandre Curi, que é co-autor, juntamente comigo - que possamos encaminhar ao Poder Executivo e que o Governador sancione esta lei que irá beneficiar milhares de portadores.

Fizemos, juntamente com o Deputado Durval Amaral, tempos atrás, um projeto semelhante que já está sancionado, já é lei no estado do Paraná, que dispõe sobre o incentivo do desenvolvimento aéreo no estado do Paraná e vai beneficiar muito a região de Ponta Grossa onde será estabelecido o aeroporto internacional de cargas que nós estamos comentando, há vários dias, aqui na Assembléia. Já é lei porque concede um benefício fiscal, na verdade uma redução muito grande no ICMS para as cidades do interior como Londrina, Maringá, Cascavel,

Foz do Iguaçu e Ponta Grossa para combustível de aviação. Esta proposição, é do nobre Deputado Durval Amaral que também tem a minha co-autoria porque apresentamos emendas e o apoiamos, foi sancionada e virou lei que vai beneficiar e vai desenvolver o setor aéreo no interior do estado do Paraná.

Portanto, acredito que este projeto de lei terá anuência, terá o apoio de todas as Comissões que irão apreciar o nosso projeto e aqui no plenário a Assembléia Legislativa poderá, sim, beneficiar os nossos portadores que precisam ter estes incentivos, para poder pagar mais barato por estes produtos especiais no nosso estado.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Malucelli.

**O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)**

Deputado Marcelo Rangel, queria parabenizá-lo pelo projeto de lei, espero que se torne lei porque, tornando mais fácil e acessível ao portador uma prótese, uma cadeira de rodas ao mesmo tempo a sua lei o estará colocando no mercado de trabalho. As pessoas não só precisam daquela prótese, da cadeira, de uma muleta ou seja lá o que for não é só para se locomover é porque ela fica impossibilitada de ir ao mercado de trabalho e trazer o sustento para sua casa. Por isso parabéns pela sua lei, e tenho certeza que haverá de obter sucesso.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Luiz Malucelli, também encaminhamos para apreciação dos nobres Deputados e teve a apreciação total, unânime da Assembléia Legislativa de um projeto de lei que destinava casas especiais do Projeto Casa da Família, do projeto da COHAPAR para portadores de necessidades. Recebeu aprovação unânime dos 54 Parlamentares e foi para a sanção do Governador. Infelizmente o Governador proibiu, vetou o nosso projeto e ele está retornando para a Assembléia Legislativa e acredito que vamos conseguir derrubar o veto. Inclusive o próprio Líder do Governo, Deputado Romanelli, que já ficou à frente da COHAPAR, por muitos anos, aprovou este projeto e defendeu dizendo que seria algo muito importante para os portadores.

Inclusive a TV Assembléia, fez uma matéria muito emocionante, porque os portadores poderiam ter uma casa especial, como todos os acessos, todos os materiais que seria cedido pelo Programa Casa da Família. Infelizmente, talvez por questões políticas de Oposição, de Situação, foi vetado pelo nosso Governador, mas acredito que os nobres Pares irão apreciar novamente, vamos discutir e se Deus quiser vamos aprovar este projeto que também tem um grande alcance social para nosso estado.

Era isso que eu tinha para dizer, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Horário do PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com alegria registramos aqui que a Bancada de Ponta Grossa faz muito barulho, V. Exa. às vezes reclama, está 100% presente, a Bancada de Ponta Grossa ajuda a dar o quórum dos pouco mais de 20 Deputados aqui presentes. Só para fazer este registro que a Bancada de Ponta Grossa faz barulho, mas é trabalhadora!

Sr. Presidente, acompanhava aqui o pronunciamento feito sobre drogas, quero cumprimentar a Deputada Rosane que trouxe o palestrante e sem dúvida nenhuma os crimes, bem colocado pela Deputada Rosane, estão a grande maioria relacionados com drogas. Se pegarmos hoje, os crimes que temos em Ponta Grossa eu diria que 90% é droga, acho que até mais. A droga está presente em todas as gerações, lá em Ponta Grossa já tem pai, mãe, filho e até avô preso, a geração inteira presa pelo tráfico, o que é isso? É a falta da geração de emprego e a falta das condições sociais e, aquele cidadão debilitado acaba às vezes até largando o emprego que tem de salário-mínimo, porque alguém diz a ele que é mais fácil ganhar dinheiro traficando ou fazendo parte das drogas.

O Padre Zezinho, muito conhecido de todos nós faz um comentário diário no nosso programa de rádio, citou um caso que me chamou muito a atenção esta semana: o cidadão ganhava um salário-mínimo, era feliz e não sabia. Daí um amigo, que não era amigo, disse a ele que deveria conhecer uma nova vida, que ganhava mais, teria mais condições. Ele acabou abandonando o emprego e foi buscar essa vida, que achava que era mais fácil. Daí fez o primeiro assalto, fez o segundo, fez o terceiro, fez o quarto e na sequência ele está desaparecido. A mãe ficou muda, quando soube que o filho estava envolvido com isso. O pai teve enfarto, quase morreu. Acabou com a vida.

A droga, como disse bem a Deputada Rosane, não é só distribuída, não é o pobre coitado da droga não. Na verdade, quem criou essa desgraça de droga foram os ricos. O pobre é “mula”, um coitado. O rico cheira cocaína e dá risada e a polícia não prende, porque o rico é o bacana lá do clube social. Lá tem droga. Lá pode ter, mas, se for na favela cadeia na hora.

Quem criou droga não foram os pobre que são “mulas”, trabalham para ganhar. Até alguns “loc”, que chamamos no Rio Grande do Sul, acabam, entrando nisso porque acham que é bacana. Quem inventou essa droga nesse país foram os poderosos, os ricos. Os pobre apenas são instrumento de trabalho, é o que leva, é o que vai buscar, é o que se sujeita. Por quê? Porque não tem dinheiro. Daí ele acaba virando também viciado e traficante.

Esse é o meu ponto de vista sobre droga. Como é que se destrói a droga? Primeiro de tudo em casa, questão de casa, questão de família. A droga só inicia mal, quando não se tem em casa uma formação da família, que

a família instrua seus filhos a não usarem droga. Esse é o ponto principal, que toda mãe e todo o pai possam desde pequenino colocar na cabeça dos seus filhos, que droga só tem um caminho: prisão ou cemitério.

Essa consciência, deve existir da mãe e pai para o filho, da conversa que não existe mais hoje. Porque hoje o filho quer ficar na internet o dia inteiro, na novela, no cinema e esquece das conversas que deveria ter em casa para conscientizar que droga, é droga.

Digo sempre com muito orgulho, temos muitos defeitos na vida, mas um dos maiores patrimônios que a vida me deu e que minha mãe me deu, mesmo não tendo pai, é de que droga nunca passou por mim. Nunca! Olha que convivi com figuras importantes, companheiros de rádio que fumavam maconha e usavam cocaína, todas as drogas possíveis e nunca me envolvi. Por quê? Primeiro porque a conscientização de casa nos ensina de que o dia que entrar um pedacinho, não volta mais. Isso está aqui: droga não!

O que é preciso ser feito? Primeiro, conscientização. Não adianta depois querer remediar lá na frente. É difícil uma pessoa voltar das drogas. É muito difícil. Não é impossível. Quando Prefeito de Ponta Grossa, criamos um programa junto com o Instituto Duque de Caxias, em que tinha um centro de desintoxicação dos menores, lá no Guaragi.

Sr. Presidente, até V. Exa. quando Deputado, deu uma Kombi lá para o Coronel Carvalho. Aquela Kombi serviu para levar os meninos, lá na cidade onde havia um centro de desintoxicação, que hoje não existe mais. Acabou. Lá se desintoxicava os meninos no interior e essa Casa, Sr. Presidente, tem feito a sua parte. Primeiro ajudou com essa Kombi. Prestamos aqui uma homenagem ao Sr. Barros que recebeu aqui o título do Paraná pelo seu trabalho. Prestamos um título também ao Padre Wilton, que tem um trabalho maravilhoso no Paraná e no Brasil sobre drogas. Então, esta Casa tem feito a sua parte. Além de cumprimentar com esse título, também ajuda a manter obras, que possam diminuir essa desgraça que reina entre todas as famílias.

Acho que o Governo deveria realmente agir com mais força, no sentido não de prender, não sei se resolve mais, temos que partir para tentar conscientizar. Criar mecanismos de conscientização nas escolas, nos clubes, nas entidades, nos bairros.

Deixar bem claro: a droga, ela vem da origem principal. Quem bota droga neste país não são os pobres, eles são apenas os mais simples, são os que carregam, são os que ganham dinheiro, que transformam a vida fácil em difícil, às vezes porque não têm emprego. Os bacanas usam drogas nos clubes, na sua casa e muitas vezes a própria Polícia sabe que eles usam, mas faz de conta que não vê, porque é amigo do fulano, é amigo do sicrano. Para os pobres é crime usar droga. Para o rico é coisa moderna. Você chega, às vezes, lá num clube e está cheio de cheiro de droga. Quem não usa já viu: “Poxa, tem alguma coisa aqui”. Mas daí a Polícia não entra, porque o clube é dos



bacanas. Agora, lá no bairro, no clube do povo pobre, a Polícia “mete o cacete”, entra com a escopeta e prende todo mundo. Mas ali é apenas o fim. O começo, o membro que pensa, que organiza, que traz a droga, que arruma o dinheiro, que arruma o tráfico internacional, muitas vezes é o coitadinho lá do bairro. Esse é um coitado. Quem usa, quem ganha dinheiro, são muitas vezes aqueles que estão enrustidos e muitas vezes estão até dentro do segmento de Segurança deste país. Tem até Governador envolvido por aí, estão dizendo que tem até ex-Governador envolvido com essas coisas. Imagina o povo do bairro!

A droga nasceu neste país, principalmente na mão dos filhinhos de papai e dos tubarões deste país.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 137/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a criação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho e de Combate à Pirataria no Departamento de Polícia Civil e uma seção da mesma natureza no Departamento de Polícia Rodoviária Estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 138/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a criação de Varas especializadas ou preferenciais em propriedade intelectual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 139/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a inclusão, na próxima revisão do PPA, do Programa de Combate a Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos órgãos públicos afetos ao tema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 140/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado a criação de Promotorias de Justiça especializadas em Propriedade Intelectual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 141/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a instalação de Delegacias especializadas no combate à pirataria e violações dos direitos de propriedade industrial. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 154/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 154/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira - Santa Casa de Misericórdia de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 184/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 184/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/08, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**.

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda**.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ**.

### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a CALI - Casa de Apoio Libertação, com sede e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei)**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 217/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, declara de utilidade pública a

CALI - Casa de Apoio Libertação, com sede e foro no município de Campo Mourão.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água, no âmbito do estado do Paraná. COM PARECERES DA CCJ, CEMA E CA. COM EMENDA DA CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei)**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 409/07

P A R E C E R :

#### Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 409/07, protocolado no dia 11/06/07, pela Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem por escopo instituir o programa de recuperação de minas naturais de água no âmbito do estado do Paraná.

No dia 26/07/07, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou em diligência o envio do projeto lei para as Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento para manifestação do referido.

Assim, passaremos a descrever os pareceres das referidas Secretarias para melhor análise.

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, manifestou favorável ao programa de recuperação e proteção de nascentes em bacias hidrográficas no estado do Paraná.

A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - DDSV, manifestou-se em dois aspectos, "o primeiro aspecto a ser considerado é a não indicação de recursos específicos para o programa, criando uma nova ação para SEAB/SEMA, que pela importância, criará uma grande demanda por parte da sociedade, que em boa parte será frustrada. O segundo ponto a ser observado, é o instrumento para a efetivação das parcerias, pois à luz da legislação vigente me parece que convênio não deveria ser firmado com associações e sindicatos, mas sim entre os três níveis da administração pública, ou destes com OSCIPs. Quanto ao aspecto técnico, temos a considerar que a quantidade da água na mina está em relação direta ao uso (tipo de cobertura vegetal) e o manejo (uso de adubos e agrotóxicos) do solo na área de influência da

mina. Desta maneira entendemos que a conservação de solo e água são indissociáveis, exigindo uma ação integrada para sua efetiva conservação”. Manifestando favorável ao tema proposto, mas no entendimento da Chefia da DDSV que o projeto seja encaminhado para apreciação e manifestação do DEAGRO e da Direção Geral.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), determinou à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA a promoção de análise jurídica e informações técnicas, onde concluiu “que a conversão do Projeto Lei nº 409/07 em lei seria um desperdício de atividade legislativa, contudo, a elaboração por uma Comissão Interdisciplinar de Secretarias de Estado de uma minuta de decreto estadual instituindo um Programa de Recuperação e Proteção de Nascentes (destinado a planejar os meios de satisfação da legislação em vigor) seria extremamente promissora, razão pela qual se encaminham os autos do presente procedimento ao Diretor-Presidente da SUDERHSA para apreciação, sugerindo-se a remessa dos mesmos à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para análise e decisão”.

#### **Competência e Previsão Legal**

Sobre o primeiro aspecto, vislumbra-se que os estados detêm de competência concorrente para legislar sobre a matéria apresentada, conforme artigo 24, inciso VI da Constituição Federal, vez que, águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, são bens do estado, descrito no artigo 26, inciso I da Carta Magna.

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição; (grifo nosso)*

*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos estados:*

*I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da união; (grifo nosso)*

No que concerne à competência legislativa, resguarda total prerrogativa da legitimidade estadual para legislar acerca da matéria apresentada, assegurada pela Constituição Federal.

Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o uso comum do povo é essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Incumbindo o Poder Público assegurar a efetividade deste direito, definido pelo artigo 225 *caput* e parágrafo 1º da Constituição Federal.

Entendemos que o Programa tem por objetivo ampliar a oferta de água de boa qualidade em todas as

minas naturais de água no estado do Paraná, sob a condição de melhorar a qualidade de vida da população, fomentar os usos múltiplos da água e promover o desenvolvimento sustentável.

Tais regras consagram constitucionalmente o direito a um meio ambiente saudável, equilibrado e íntegro, constituindo sua proteção.

#### **Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa e técnica legislativa, o projeto de lei não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 409/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água no âmbito do estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 05/06/08.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente  
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

#### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 409/07**

Suprima-se o inciso II do artigo 3º do Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da nobre Deputada Estadual Luciana Rafagnin.

Sala das Comissões, em 05/06/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoioamento:

Luiz Fernandes Litro, Rosane Ferreira e Plauto Miró.

JUSTIFICATIVA:

O uso de cimento na intenção de proteger o solo não demonstra ser a melhor técnica de proteção das minas naturais, até porque pode interferir no curso natural das nascentes, modificando os cursos das águas.

A conservação e a recomposição da vegetação natural ao longo do entorno das nascentes, bem como o controle dos usos que se faz da água advinda das minas naturais é a melhor forma de protegê-las no intuito de garantir a perenidade e a qualidade da água. Necessário salientar, também, que a proteção das minas naturais deve obedecer também a proteção do solo do entorno destas minas, não apenas com a recuperação da mata ciliar, mas também com a realização de manejo sustentá-

vel das terras, inclusive no que tange ao uso de adubos e agrotóxicos.

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 409/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a recuperação e proteção de minas naturais de água no âmbito do estado do Paraná, instituindo assim normas que facilitem a adesão de todos aqueles agricultores familiares, empresas rurais, grupos informais de agricultores, comunidades rurais, associações de trabalhadores e agricultores e pequenos agrupamentos rurais e semi-rurais que desejam, mas não sabem como auxiliar na recuperação, proteção e preservação ambiental, objetivando, ainda, ampliar a oferta de água de boa qualidade em todas as minas naturais de água no Paraná, melhorando a qualidade de vida da população e promovendo o desenvolvimento sustentável.

**Fundamentação**

O presente projeto de lei, tem por finalidade o mapeamento de minas naturais e realização de estudo de viabilidade, a conscientização das famílias, a elaboração do projeto de preservação com a participação da família ou da comunidade, e a execução do projeto de recuperação e proteção em todo o estado do Paraná.

A redação provisória de lei tem como objetivos:

- proteção da mata em torno das minas de água;
- proteção do solo, com cimento, para garantir a qualidade da água;
- análises sistemáticas da qualidade de água;
- orientação sobre a importância da preservação;
- redução da perfuração de poços artesianos nos solos paranaenses;
- implantação de micro sistemas de abastecimento através de minas naturais.

**Legitimidade e Legalidade**

A Constituição Federal determina em seus artigos: 21 inciso XIX, 23 incisos VI, VII, 24 inciso VI, 26 inciso I. Da Organização do Estado - Capítulo I - Da Organização Política - Administrativa e artigo 225 parágrafo 1º - a competência concorrente entre a união, estados e distrito federal para legislar sobre a proteção do meio ambiente.

A Constituição Federal em seu Capítulo VI Do Meio Ambiente artigo 225 diz:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*Art. 21. Compete à união:*

(...)

*XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de uso;*

*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:*

(...)

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;*

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos estados:*

*I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósitos, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da união;*

A Constituição Estadual determina em seus artigos: Título I - Da Organização do Estado e dos Municípios, Capítulo I - Da Organização do Estado, Seção I Disposições Preliminares artigo 1º inciso IX, Seção II Da Competência do Estado, artigo 12 inciso VI e VII, artigo 13 inciso VI e VIII, Capítulo IV - Dos Recursos Naturais artigo 161 inciso I e II, Capítulo V - Do Meio Ambiente artigo 207, parágrafo IV, V e XIX.

*Art. 1º O estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:*

(...)

*IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.*

*Art. 12. É competência do estado, em comum com a união e os municípios:*

(...)

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;*

*Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:*

(...)

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

*Art. 161. Compete ao estado, na forma da lei, no âmbito do seu território, respeitada a política do meio ambiente:*

*I - instituir e manter sistema de gerenciamento dos recursos naturais;*

*II - o registro, o acompanhamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais.*

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

*§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:*

*IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;*

*V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;*

*XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abasteçam os centros urbanos.*

#### **Da Política Nacional do Meio Ambiente**

Conforme a Lei nº 6938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, fundamentada nos incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 235 da Constituição Federal, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

*Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:*

*I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;*

*II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;*

*III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;*

*IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;*

*VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;*

#### **Conclusão**

O presente projeto de lei, encontra-se em consonância e em conformidade com as normas constitucio-

nais, em seus artigos 21 inciso XIX, 23 incisos VI, VII, 24 inciso VI, 26 inciso I, artigo 225 parágrafo 1º demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise, atendendo os requisitos legislativos.

E, não havendo nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância do tema em questão, “Recuperação, proteção e preservação ambiental de minas naturais de água”, sou de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 05/06/08.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que institui a meia-entrada para professores de rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 083/08**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria da nobre Deputada Rosane Ferreira tem como objetivo incentivar uma maior frequência dos professores da rede pública de ensino em eventos culturais, assegurando, para tal, o pagamento de meia-entrada a estes desde que devidamente comprovada a função.

##### **Fundamentação**

A matéria condensada no projeto de lei em análise, já foi objeto da análise desta Comissão de Constituição e Justiça em outro momento em proposição do Deputado Nereu Moura, ressalta-se que como naquele instante observamos que a matéria encontra alicerces na Constituição Federal no que tange o fomento da educação, cultura e desporto. Imperioso dizer que o projeto aqui referido, foi devidamente aprovado nesta Casa de Leis, sendo vetado, posteriormente, pelo Governador do Estado, alegando não estar de acordo com o interesse público.

Com fulcro no que emana a Carta Republicana Brasileira destacamos:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto.*

E, ainda:

*Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

O disposto no artigo 205 da citada Carta Magna foi refletido na legislação infraconstitucional, reproduzido quase que *ipsis literis* pela Lei Federal nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seguinte sentido:

*Art. 2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

A medida intentada no projeto nada mais visa a não ser incentivar que os professores da rede pública do estado freqüentem mais eventos culturais, facilitando o acesso com a segurança de que pagarão meia-entrada, o que incentivaria os professores a freqüentarem tais eventos e, por conseqüente, aumentando seus conhecimentos culturais poderiam repassá-los aos seus alunos. É uma medida de fomento à educação e à cultura, não havendo óbice algum de caráter constitucional e tampouco legal.

Quanto à técnica legislativa, não verificamos óbice tendo em vista que o autor observa a existência da Lei Complementar nº 095/98, não vindo de encontro aos preceitos nela elencados.

#### **Conclusão**

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01/04//08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 083/08

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

Melhorar a qualidade na educação impõe primordialmente domínio efetivo de ferramentas disponíveis para o exercício da comunicação.

Quando de cunho didático é fundamental capacitar os agentes facilitadores do processo educativo proporcionando acesso a estas ferramentas na elaboração e aplicação de métodos pedagógicos capaz de romper paradigmas educacionais, e consolidar didaticamente a

cultura de aprimoramento das relações humanas e a execução do bem comum.

#### **Parecer do Relator**

O presente projeto de lei regulamenta melhores condições de acesso aos professores da rede de ensino público e particular aos estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo estado do Paraná.

Viabilizar aos professores acessar a cultura, lazer e entretenimento ampliam o conhecimento, melhora a auto-estima fatores decisivos na elevação da qualidade de educação no Brasil.

Considerando o presente, esta Relatora apresenta parecer favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22/04//08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
BETI PAVIN - Relatora

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Elio Rusch e Artagão Júnior.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
PROPOSIÇÃO Nº 049/08

**P A R E C E R :**

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 049/08, dando conhecimento do relatório de movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2008, regulamentada pela Resolução nº 003/04.

Analizando o referido relatório e demais peças à ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se de con-

formidade com a legislação vigente, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas uma solicitação. Parece-me que amanhã, sexta-feira, é o último dia para apresentação de emendas à LDO. Só gostaria de confirmar, porque se for, eu conversei com alguns Deputados e talvez não tenha chegado até os gabinetes, por alguma razão, esta informação, e se era possível, o prazo já foi dilatado, mas se seria possível termos até quarta-feira.

O Deputado Enio Verri, que é um Deputado que está aqui há uma semana, talvez não tenha o conhecimento, mas até sexta-feira seria o último prazo. Mas se poderia ser até quarta-feira para apresentarmos as emendas, porque aí alguns Deputados, não é o meu caso, porque eu não apresento emendas, normalmente, mas sei que Deputados podem apresentar e eu só solicitaria a V. Exa. se é possível entrarmos em contato com a Presidente da Comissão de Orçamento, da qual faço parte também, para que pudéssemos ter até quarta-feira para a apresentação de emendas.

Era esta a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que realmente é possível, nem que não seja até quarta, que fique até terça. Podemos dilatar esse prazo. O prazo encerra realmente amanhã, mas acho que

a Deputada Beti Pavin não vai criar nenhum óbice para que consigamos fazer isto.

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1413, 1433, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1435, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 159 e 194/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 202 e 203/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 217/07; 083/08 e do Projeto de Resolução nº 011/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 217 e 218/08.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações Administrativas:**

### **Pregões Eletrônicos**

#### **RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 008/08**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico 008/08 - Protocolo nº 2094/08

**Objeto:** Aquisição de cartuchos, conforme abaixo

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor
1	Papellaria Renascença Ltda	100 Unidades de cartucho para impressora HP código C9362 (92) WL preto 5 ml, original da marca da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	4.638,99
		50 Unidades de cartucho para impressora HP código C9361 (93) WL color 5 ml, original da marca da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO			

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 009/08

**Modalidade:** Pregão Eletrônico 009/08 - Protocolo nº 2730/08

**Objeto:** Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo

Empresa Vencedora	Especificações	Valor
K&K Papelaria e Informática Ltda.	50.000 Envelopes carta fechado, medindo 16x11,5 cm, com 75 gramas, timbrado conforme Anexo 10	4.579,00
Papelaria Renascença Ltda.	Cartuchos de tinta colorida para impressora Epson Stylus Color 900, código T005 011, original da marca da impressora, não remanufaturado e não recarregado.	3.150,00
Curiform Gráfica Ltda.	100 Pacotes de papel offset, 180 gramas, 66x96, em pacotes de 125 folhas cada.	4.824,00
Golden Distribuidora Ltda.	20 Unidades de toner para impressora Lexmark Optra T610/612, código 12A5840, original da marca da impressora.	9.200,00
Papelaria Renascença Ltda.	300 Unidades de tesoura sem ponta com aproximadamente 13 cm. 200 Unidades de cestos para lixo de plástico com 10 litros. 2.000 Unidades de pasta com elástico. 1.000 Caixas de clips nº 00 200 Unidades de extrator 26/6	2.880,00
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO		

